



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS**

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**NOTÍCIA
BIBLIOGRÁFICA
E HISTÓRICA**

Not. Bibl. e Hist.

Campinas

Ano XI

Nº 95

p. 81 – 156

ABR./JUN./1979

CAD. CENTRO DE APÓLID. DIARIOS
DA FÁU. P.U.C.C

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Prof. Dr. Dom Antônio Maria Alves de Siqueira

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Benedito José Barreto Fonseca

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Dom Roberto Pinarello Almeida

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Prof. Dr. Waldyr Verinaud Mayer

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Dr. Odilon Nogueira de Matos

DEPARTAMENTO DE COMPOSIÇÃO E ARTES GRÁFICAS

Supervisão Geral: Prof. Anis Carlos Fares

Coordenadora: Profa. Celia Regina Fogagnoli

Equipe

Ivany Maria Victorino

Maria Imaculada Ferraguti Pinto

Marilza Martinazzo Dainesi

DESENHISTAS

Alcy Gomes Ribeiro

João Daniel de Araujo

DEPARTAMENTO GRÁFICO

Chefe: Benedicto Ferreira

Subchefe: Benedito Antonio Gavioli

Equipe

Ademilson Batista da Silva

Alceu Amauri Costa

Airton Roberto Anesi

Luiz Carlos B. Grilo

Nilson José Marçola

Ricardo Maçaneiro

Wagner Ramos

3

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XI — Nº 95

ABRIL/JUNHO — 1 979

COMENTÁRIOS

ACADEMIA PAULISTA DE HISTÓRIA

ES - PERMANENTES - PUCG

Coleção: 900/3

Recebido: 25/04/79

Odilon Nogueira de Matos

A **Academia Paulista de História**, idealizada e fundada pelo Acadêmico Tito Lívio Ferreira, teve sua primeira reunião, que se poderia considerar a própria reunião de fundação, a 18 de dezembro de 1 972, ano do sesqui-centenário de nossa Independência; porém, apenas a 2 de fevereiro do ano seguinte foi solenemente instalada no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Em seu discurso no ato de instalação, lembrou o fundador que a **Academia Paulista de História** era a quarta instituição acadêmica a surgir do Instituto Histórico e Geográfico, sendo as outras três a Academia Paulista de Letras em 1 909, a Academia Paulista de Educação em 1 970 e, pouco depois, a Academia Paulista de Direito. “As quatro são criaturas do sodalício, pois foram idealizadas por sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Acadê-

micos embora, eles ilustram, honram e dignificam esta casa de labor científico, à qual pertencem e da qual jamais se afastaram”.

O grupo inicial, constituído, como de praxe nas academias, de quarenta titulares, que tomaram como patronos figuras representativas da historiografia brasileira, e escolhido por diferentes modalidades, como também de comum ocorre na fase de organização de todas as academias, foi integrado pelas seguintes personalidades, aqui nomeadas por ordem alfabética: Aldo Janotti, Alfredo Gomes, Alice Piffer Canabrava, Álvaro da Veiga Coimbra, Álvaro do Amaral, Antônio Barreto do Amaral, Arnaldo Amado Ferreira, Arrisson de Souza Ferraz, Aureliano Leite, Áureo de Almeida Camargo, Célio Debes, Celso Maria de Melo Pupo, Divaldo Gaspar de Freitas, Edgard de Cerqueira Falcão, Eduardo d'Oliveira França, Emanuel Soares da Veiga Garcia, Eurípedes Simões de Paula, Francisco Martins dos Santos, Hélio Abranches Viotti, Helio Damante, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Jacob Penteadado, Jorge Bertolaso Stella, José Afonso de Moraes Bueno Passos, José Antero Pereira Júnior, José de Melo Pimenta, José Ferreira Carrato, José Pedro Leite Cordeiro, José Roberto do Amaral Lapa, Leonardo Arroyo, Luiz Castanho de Almeida, Manoel Rodrigues Ferreira, Manuel Nunes Dias, Miguel Reale, Myriam Ellis, Odilon Nogueira de Matos, Paulo Silveira Santos, Pedro Brasil Bandecchi, Tito Lívio Ferreira e Wilson Maia Fina.

Do significado desse quadro inicial da **Academia Paulista de História** deu conta o Acadêmico Brasil Bandecchi, no discurso proferido na sessão solene de instalação no dia 2 de fevereiro de 1973: “A Academia Paulista de História reúne no seu quadro estudiosos da História dedicados aos mais diversos ramos e maneiras de pensar as mais diversas. E é nesta diversificação que se procurou formar o seu núcleo a fim de que sua representação fosse a mais ampla, dentro de uma estrutura que permite harmonia na diversidade. E nisto não há nenhum paradoxo. Aqui, portanto, não há predomínio de grupos, mas sim o respeito ao ponto de vista de cada um como deve acontecer em toda organização de caráter científico. Basta ler os nomes dos quarenta membros, para que ressalte, desde logo, o critério da escolha. Lógico que, dentro desse número, não cabem todos os que se dedicam aos estudos históricos, o que acontece com todos os sodalícios cujo quadro associativo é limitado e restrito a campos bem definidos como o nosso. Há os que são polígrafos e pertencem já a outras academias, onde seus talentos e suas obras melhor se enquadram, mesmo que tenham escrito sobre fatos históricos, que por essa razão aqui não se acham. Isto, porém, não impediu nem impedirá que alguns especialistas pertençam a mais de uma acade-

mia, como no caso, para citar apenas um, do escritor José Pedro Leite Cordeiro. Temos, entre os acadêmicos desta Casa, Jacob Penteadó, memorialista emérito, que traça para o futuro episódio do presente e que, escrevendo seu **Belenzinho**, deu-nos, como elementos mais acentuadamente históricos, a continuação da obra de Antônio de Alcântara Machado, escritor notável, desaparecido muito jovem, na bela floração do seu forte talento. Espírito mais universalista, o professor Reale, com seu livro **Horizontes da História e do Direito** não só nos oferece obra inteiramente original, como, estudando o primeiro mestre da Faculdade de Direito de São Paulo, Avelar Brotero, o tirou daquele mundo de anedotas que o respeitável Almeida Nogueira nos legou, e o queridíssimo Spencer Vampré repetiu, para lhe dar lugar justo nas letras jurídicas, lugar de destaque (no que tange à História), pois que lhe examinou a obra no seu tempo. Reabilitou-o, enfim. Temos anchietanos, como Hélio Abranches Viotti e Álvaro do Amaral, e nobreguenses como Tito Lívio Ferreira e Melo Pimenta; historiadores de São Paulo, como Barreto do Amaral, Odilon Nogueira de Matos, Célio Debes, Wilson Maia Fina e o bandeirantista Manoel Rodrigues Ferreira (aqui, o orador omitiu seu próprio nome, que, tanto quanto ou mais que os outros deveria ser incluído neste item, como cultor acendrado da História de São Paulo); especialistas sobre 32, como Áureo de Almeida Camargo, Tenório da Rocha Marques; numismata do porte de Álvaro da Veiga Coimbra e um arqueólogo dos mais acatados como José Antero Pereira; professores e historiadores que ilustram o curso de História da Universidade de São Paulo, tais como Eurípedes Simões de Paula, Manuel Nunes Dias, Eduardo d'Oliveira França, Myriam Ellis, Alice P. Canabrava, Emanuel da Veiga Garcia, Aldo Janotti e o já citado Odilon Nogueira de Matos (aqui, com toda a justiça e razão caberia igualmente, e mais uma vez o nome do orador); Hélio Damante, na História da Religião Católica; na História da Medicina, Arnaldo Amado Ferreira e Divaldo de Freitas; no amor das obras raras e no reeditar com lúcidas introduções, Edgard Cerqueira Falcão”.

A circunstância de Aureliano Leite, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, não ter aceito o convite para integrar o quadro de fundadores da Academia (embora seu nome chegasse a ser divulgado nos primeiros impressos), propiciou a eleição de Luís Arrobas Martins para o seu lugar.

Pouco depois de instalada a Academia, registrou-se o primeiro claro em seu quadro de titulares, com o falecimento de Jacob Penteadó, substituído por Fernando Góes, que se tornou, assim, o primeiro acadêmico eleito e empossado em virtude de falecimento do titular e fundador da cadeira. Posterior-

mente, ocorreram os falecimentos de José Antero Pereira Júnior, Arnaldo Amado Ferreira, Áureo de Almeida Camargo, Luís Arrobas Martins, Eurípedes Simões de Paula, Alfredo Gomes e Francisco Martins dos Santos, substituídos, respectivamente, por Lycurgo de Castro Santos Filho, Raul de Andrada e Silva, Hernani Donato, Duílio Crispim Farina, Vinício Stein de Campos e Péricles Eugênio da Silva Ramos, permanecendo vaga, no momento em que esta nota é escrita, a cadeira que pertenceu ao historiador santista Francisco Martins dos Santos.

À vista das alterações indicadas, é a seguinte a composição atual (março de 1979) da Academia, pela ordem das cadeiras, indicando-se, entre parênteses, os respectivos patronos:

1. Tito Lívio Ferreira (Francisco Adolfo de Varnhagem)
2. Álvaro da Veiga Coimbra (Júlio Meili)
3. Antônio Barreto do Amaral (Washington Luís)
4. Célio S. Debes (Capistrano de Abreu)
5. Manoel Rodrigues Ferreira (Pedro Taques)
6. Brasil Bandecchi (João Francisco Lisboa)
7. Péricles Eugênio da Silva Ramos (Alexandre de Gusmão)
8. Alice Pifer Canabrava (André João Antonil)
9. Raul de Andrada e Silva (Frei Vicente do Salvador)
10. Arrison de Souza Ferraz (Oliveira Lima)
11. Duílio Crispim Farina (Frei Gaspar da Madre de Deus)
12. Hernani Donato (Manuel Eufrásio de Azevedo Marques)
13. Fernando Góes (Rocha Pombo)
14. Celso Maria de Melo Pupo (Pandiá Calógeras)
15. Divaldo Gaspar de Freitas (Serafim Leite)
16. Eduardo d'Oliveira França (Afonso de Taunay)
17. Emanuel Soares da Veiga Garcia (Tobias Monteiro)
18. Aldo Janotti (Américo de Moura)
19. Vinício Stein de Campos (Fernão Cardim)
20. Vaga (Visconde de São Leopoldo)
21. Hélio Abranches Viotti (Rafael Galanti)
22. Hélio Damante (Barão do Rio Branco)
23. Heliodoro Tenório da Rocha Marques (Júlio de Mesquita Filho)
24. Álvaro do Amaral (Simão de Vasconcelos)
25. Jorge Bertolaso Stella (João Ribeiro)
26. José Afonso de Moraes Passos (Diogo de Vasconcelos)

27. José Ferreira Carrato (Aurélio Porto)
28. Lycurgo de Castro Santos Filho (Teodoro Sampaio)
29. José de Melo Pimenta (Pero de Magalhães Gandavo)
30. José Pedro Leite Cordeiro (Brasília Machado)
31. José Roberto do Amaral Lapa (Gabriel Soares de Sousa)
32. Leonardo Arroyo (Euclides da Cunha)
33. Luiz Castanho de Almeida (Afonso de Freitas)
34. Manuel Nunes Dias (Jaime Cortesão)
35. Miguel Reale (Alcântara Machado)
36. Myriam Ellis (Basílio de Magalhães)
37. Edgard de Cerqueira Falcão (Alexandre Rodrigues Ferreira)
38. Odilon Nogueira de Matos (Oliveira Viana)
39. Paulo da Silveira Santos (Alexandre de Melo Moraes, pai)
40. Wilson Maia Fina (Antônio de Toledo Pisa)

O acadêmico Luís Arrobas Martins, em sua curta passagem pela presidência da Academia, propôs que, sessões mensais, realizadas sempre em almoços de confraternização, os acadêmicos traçassem o perfil de seus patronos, visando, possivelmente, a uma futura publicação. Sugeriu o saudoso acadêmico que os perfis fossem apresentados pela ordem das cadeiras, o que não foi possível, devido ao afastamento de alguns acadêmicos, à impossibilidade manifesta de outros e, ainda, e infelizmente, ao desinteresse de uns quantos, felizmente poucos, que sistematicamente não comparecem e alguns até nunca compareceram às reuniões da Academia. Assim, a apresentação dos “elogios acadêmicos” dos patronos vem-se desenvolvendo da maneira possível. Até o momento (março de 1979) dez foram apresentados: Júlio Meili, Capistrano de Abreu, João Francisco Lisboa, Frei Vicente do Salvador, Oliveira Lima, Pandiá Calógeras, Serafim Leite, Tobias Monteiro, Rafael Galanti e Barão do Rio Branco. É bem verdade que os acadêmicos eleitos em substituição aos fundadores e primeiros titulares, nos seus discursos de posse, trataram de seus patronos, como de praxe nas recepções acadêmicas. São os casos de Fernando Goes, Lycurgo de Castro Santos Filho, Raul de Andrada e Silva, Hernani Donato, Duílio Crispim Farina e Vinício Stein de Campos que, em seus discursos, trataram de Rocha Pombo, Teodoro Sampaio, Frei Vicente do Salvador, Azevedo Marques, Frei Gaspar e Fernão Cardim, respectivamente. Registre-se que o Acadêmico Raul de Andrada e Silva, embora tenha-se ocupado de Frei Vicente do Salvador em seu discurso de posse, dispôs-se a dele tratar novamente numa das reuniões mensais da Academia.

Notícia Bibliográfica e Histórica sente-se honrada em publicar, no presente número, os “elogios acadêmicos” proferidos nas reuniões-almoço da Academia Paulista de História: Julio Meili, Capistrano de Abreu, Frei Vicente do Salvador, Oliveira Lima, Serafim Leite, Pandiá Calógeras, Rafael Galanti e Barão do Rio Branco. Lamentamos duas omissões: a do Acadêmico Brasil Bandecchi, que, infelizmente, não escreveu a bela oração que proferiu sobre João Francisco Lisboa, e a do Acadêmico Emanuel Veiga Garcia, que não nos forneceu o texto de seu trabalho.

Desta forma, e com este número, **Notícia Bibliográfica**, cujo responsável se orgulha de ter sido um dos fundadores da Academia Paulista de História, e que, quando chegar a oportunidade, apresentará também o “elogio” de seu patrono, tributa modesta homenagem ao sodalício atualmente presidido por Lycurgo de Castro Santos Filho.

*

JÚLIO MEILI

Álvaro da Veiga Coimbra

Iniciamos hoje a série de palestras sobre os patronos da nossa Academia.

Coube-nos a primazia de fazê-lo, mas que nossas primeiras palavras sejam de homenagem à memória do nosso saudoso presidente, o senhor doutor Luís Arrobas Martins, o idealizador destas tertúlias acadêmicas.

À sua memória nos curvamos respeitosamente.

*

Qualquer ciência por limitada que pareça, exige hoje da parte de quem se lhe dedica tal soma de esforço intelectual, não só por causa da vastidão e complexidade dos fatos que a constituem, mas também pelas relações que, necessariamente, mantém com outras do mesmo grupo, que nos obriga a ficar sempre atentos, se quisermos estar a par do movimento do século.

A Numismática tem o seu lugar de honra ao lado da História e da Arqueologia, pelo muito que estas lhe devem, pelo auxílio que lhes foi dado em passos difíceis, ou em horas de triunfo. De fato. A Numismática, é dos ramos

Notícia Bibliográfica e Histórica sente-se honrada em publicar, no presente número, os “elogios acadêmicos” proferidos nas reuniões-almoço da Academia Paulista de História: Julio Meili, Capistrano de Abreu, Frei Vicente do Salvador, Oliveira Lima, Serafim Leite, Pandiá Calógeras, Rafael Galanti e Barão do Rio Branco. Lamentamos duas omissões: a do Acadêmico Brasil Bandecchi, que, infelizmente, não escreveu a bela oração que proferiu sobre João Francisco Lisboa, e a do Acadêmico Emanuel Veiga Garcia, que não nos forneceu o texto de seu trabalho.

Desta forma, e com este número, **Notícia Bibliográfica**, cujo responsável se orgulha de ter sido um dos fundadores da Academia Paulista de História, e que, quando chegar a oportunidade, apresentará também o “elogio” de seu patrono, tributa modesta homenagem ao sodalício atualmente presidido por Lycurgo de Castro Santos Filho.

*

JÚLIO MEILI

Álvaro da Veiga Coimbra

Iniciamos hoje a série de palestras sobre os patronos da nossa Academia.

Coube-nos a primazia de fazê-lo, mas que nossas primeiras palavras sejam de homenagem à memória do nosso saudoso presidente, o senhor doutor Luís Arrobas Martins, o idealizador destas tertúlias acadêmicas.

À sua memória nos curvamos respeitosamente.

Qualquer ciência por limitada que pareça, exige hoje da parte de quem se lhe dedica tal soma de esforço intelectual, não só por causa da vastidão e complexidade dos fatos que a constituem, mas também pelas relações que, necessariamente, mantém com outras do mesmo grupo, que nos obriga a ficar sempre atentos, se quisermos estar a par do movimento do século.

A Numismática tem o seu lugar de honra ao lado da História e da Arqueologia, pelo muito que estas lhe devem, pelo auxílio que lhes foi dado em passos difíceis, ou em horas de triunfo. De fato. A Numismática, é dos ramos

mais importantes da heurística, e sendo a ciência das moedas, abrange, na sua vasta aceção, e estudo destes monumentos monetários não somente sob todos os seus aspectos, econômico, social ou metrológico, senão também sob os múltiplos pontos de vista da ciência histórica, de que é incomparável subsidiária, da mitologia, iconografia, epigrafia, história da arte, geografia, cronologia etc.

Sem o auxílio da Numismática, seria difícil, senão mesmo impossível o conhecimento da Antigüidade, pois ela reflete, de modo seguro, o caráter e as crenças dos povos, o seu gosto e desenvolvimento artístico, a fisionomia dos soberanos, formas de governo e as datas precisas da cronologia.

A Numismática é uma investigação especializada; no estreito círculo de uma moeda, nela sentimos o palpitar de épocas, civilizações, a visão de impérios, governos e ambições extintas. Nela, constatamos a existência de uma linguagem vazada no metal, linguagem que não é fria, nem estagnada, mas ao contrário é o despertar para uma curiosidade instintiva do espírito humano que é o aquilatar do Tempo. Vai ela buscar moedas e medalhas História adentro. Dedicando-se a desvendar a origem, a data e duração de seus exemplares, vale-se de fontes as mais diversas: consulta arquivos e tomos em que ninguém mais cogita, depara com documentos valiosos rendilhados pelas traças e sente que vai responder à Esfinge interrogadora postada no umbral do Passado, no apaixonante campo da investigação científica.

Cada época histórica tem a sua característica palmilhada pela ciência da numária e seus cultores; nessas pequenas peças de metal deformadas pela passagem dos séculos, vemos nos seus aversos e reversos o valor físico e a coragem distinguindo os homens, pondo-lhes na frente a auréola dos heróis; em outras, é a fé religiosa; nesta, a Arte recebe de todos os lados hosanas e louvores, coroas e hinos de triunfo; em outras ainda, acumulam-se as palmas verdes aos pés do vencedor que acaba de conquistar um mundo à força das armas.

Devemos os primeiros estudos das moedas antigas, a sua elaboração, aos eruditos da Renascença e aos que lhes seguiram nos séculos XVI e XVII, embora não constituam, todavia, um trabalho sistematizado.

Ao velho numismata português, por exemplo, tanto interessava o **real branco** ou o **soldo preto** de D. João I, quanto o **justo** e o **espadim** de D. Afonso V, o rei que não só se contentou em cunhar moeda, mas ainda criou em Portugal os títulos nobiliárquicos de marquês e visconde, aí introduzindo também o baronato.

Com a devoção idêntica à do velho colecionador lusitano pela numisma pátria, o colecionador brasileiro contemplava as célebres **obsidionais**

cunhadas em 1646 pelos holandeses nas suas aventuras bélicas e seus apuros em Pernambuco.

Desde cedo, pois, tiveram os velhos numismatas nos eruditos de tempo, a estimação que esse escol dedicava aos venerandos restos de um passado longínquo.

Na verdade, quanto mais o tempo avança e os homens vão aperfeiçoando os seus métodos de investigação, melhor se avalia do valor documental que as moedas representam para a História. Esta, vasta e infinita como o oceano, tem como ela os seus mergulhadores especializados e estranhos. É esse velho dinheiro classificado e reposto na sua época pelo numismata no decorrer de suas intensas e laboriosas pesquisas, que lhe permite escrever artigos e nótulas por si firmadas, dando uma relevante expansão à Numismática moderna.

Em confronto com a grande cópia de trabalhos estrangeiros sobre o assunto, paupérrima era a literatura numismática nacional.

Pouquíssimos foram com efeito, até o fim do século passado, os autores que se ocuparam com a numária pátria e aqui destacamos o nome de Julius Meile, o patrono de nossa cadeira na Academia Paulista de História que, como ninguém ignora, foi o verdadeiro criador de nossa numismática sistematizada.

Nascido em Hettingen, Cantão de Zurich, na Suíça, em 1839, veio para o Brasil em 1870, estabelecendo-se na Bahia como negociante, aí exercendo também as funções de cônsul de seu país natal.

Espírito investigador e inteligente, não se subordinava exclusivamente aos afazeres comerciais e consulares. O seu descanso era o trabalho paciente e rebuscado da grande paixão que sempre o tomou — a Numismática Brasileira — que tudo lhe deve.

Graças a sua grande fortuna e zelo, conseguiu reunir a maior e mais bela coleção de sua época.

No cenário numismático — econômico brasileiro, Julius Meile, verdadeiramente empolgado pelas coisas do Brasil, embora suíço de nascimento, estudou os assuntos por que se apaixonara com o mais alto critério e extraordinária probidade, daí ser cognominado o Mestre da nossa História Monetária.

Não há mais justa consagração do que esta, pois foi o primeiro que a desenrolou e esclareceu em muitos pontos, dando classificação lógica e racional à ciência da numária nacional, coligindo a mais farta cópia de documentos, notas e estatísticas preciosas.

Em 1 889, retirando-se da vida comercial, encetou a publicação de monografias descritivas da sua enorme e rica coleção, verdadeiramente monumental pela riqueza de informes e critério dos assuntos, bela pela iconografia, trabalhos acolhidos com o mais justo sentimento admirativo por quantos cultivam as coisas nacionais.

Suas obras intitulam-se: AS MOEDAS DA COLÔNIA DO BRASIL, de 1 645 a 1 822; AS MOEDAS DO BRASIL INDEPENDENTE, de 1 822 a 1 889 e o MEIO CIRCULANTE DO BRASIL, de 1 871 a 1 900, compreendendo cinco grandes volumes impressos em Zurich de 1 890 a 1 905, os quatro primeiros em alemão e o último em português, quando a morte o surpreendeu a 26 de setembro de 1 907, ao iniciar um trabalho sobre a medalhística do Império.

Nome eminente na galeria dos estrangeiros ilustres que ao Brasil serviram com a mais acendrada dedicação, embora não fosse filho desta terra, o seu nome imortalizou-se na História Numismática do Brasil que ele tanto soube amar.

Cercando seus relevantes serviços prestados à ciência da numária brasileira, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro concedeu-lhe o título de sócio honorário, o mesmo fazendo o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sendo-lhe ainda conferido pela Universidade de Zurich, o grau de Doutor em Filosofia.

Hoje, porém, só a ciência constitui nobreza verdadeira e na cruzada homérica entre o espírito que avança e às vezes retrocede, todo o homem deve cultivar esse valor, o mais justo predicado humano que lhe é dado possuir.

O saber não cessa de progredir. Há sempre quem descubra, a seu tempo, um elemento novo, que força a revisão dos problemas postos e a pesquisa de melhores soluções.

É o que nos compete fazer como membros da Academia Paulista de História. Não basta que ela exista; é preciso existir essa **razão**.

E se o fizermos, estaremos prestando ao estudo da História, nossa razão de ser, um serviço inestimável.

Que estas incursões ao Passado a que nos levarão os assuntos destas reuniões, quando reverenciamos nossos patronos da Academia Paulista de

História, concorram a tornar interessante para cada um de nós, o tempo Presente.

A Julius Meili, o mestre ilustre da numária brasileira e patrono da nossa cadeira, a nossa homenagem.

*

CAPISTRANO DE ABREU

Célio Debes

Diz-se de Capistrano que foi um mau colegial e um autodidata de mérito.

São duas afirmações verdadeiras que os três únicos ensaios biográficos a ele dedicados ressaltam e alguns detalham. Tem merecido destaque a anotação lançada no livro de matrículas do Seminário Episcopal do Ceará recomendando a seu pai “que o retirasse por algum tempo a fim de o emendar de sua preguiça e vadiação”. Em contraposição, se assinala seu apreço pela leitura, lazer que preferia aos folguedos. Sua trajetória pelas escolas, levou-o até os preparatórios para a Academia de Direito, empreendimento que o não empolgava. Mais empenhado em conhecer, em saber, do que em angariar títulos; rebelde às imposições que bitolavam o campo das indagações, reage às limitações dos currículos, ignorando-os, desestimando-os. Por isso, fracassa na busca, menos sua do que dos seus, de um lugar na Faculdade. A reação paterna vem na proporção da rusticidade do meio em que este vivia. Se não lograra êxito no Recife, seu lugar devia ser na faina diária do campo. A enxada passa a ser sua companheira, já que se não compatibilizara com os bancos escolares. A vicissitude, contudo, não o afasta dos livros, aos quais se entrega à noite, nas horas de repouso. Sua vocação se manifesta íntegra. Não almejava ser doutor, bastava-lhe ser douto, posto que sem presunção.

Do valor dessa dedicação à leitura, dá mostras ainda na adolescência. Vinculado aos integrantes do grupo a que se convencionou chamar “Academia Francesa” — e que, a par de estudar e discutir as obras de Comte, Darwin, Spencer e Littré, mantinha uma Escola Popular, “escola noturna destinada aos pobres e operários” (Capistrano de Abreu, **Ensaio e Estudos**, Rio, Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. 1ª Série, pág. 118) — dá início à sua produção intelectual. O campo dessas primeiras incursões foi o da crítica lite-

História, concorram a tornar interessante para cada um de nós, o tempo Presente.

A Julius Meili, o mestre ilustre da numária brasileira e patrono da nossa cadeira, a nossa homenagem.

*

CAPISTRANO DE ABREU

Célio Debes

Diz-se de Capistrano que foi um mau colegial e um autodidata de mérito.

São duas afirmações verdadeiras que os três únicos ensaios biográficos a ele dedicados ressaltam e alguns detalham. Tem merecido destaque a anotação lançada no livro de matrículas do Seminário Episcopal do Ceará recomendando a seu pai “que o retirasse por algum tempo a fim de o emendar de sua preguiça e vadiação”. Em contraposição, se assinala seu apreço pela leitura, lazer que preferia aos folguedos. Sua trajetória pelas escolas, levou-o até os preparatórios para a Academia de Direito, empreendimento que o não empolgava. Mais empenhado em conhecer, em saber, do que em angariar títulos; rebelde às imposições que bitolavam o campo das indagações, reage às limitações dos currículos, ignorando-os, desestimando-os. Por isso, fracassa na busca, menos sua do que dos seus, de um lugar na Faculdade. A reação paterna vem na proporção da rusticidade do meio em que este vivia. Se não lograra êxito no Recife, seu lugar devia ser na faina diária do campo. A enxada passa a ser sua companheira, já que se não compatibilizara com os bancos escolares. A vicissitude, contudo, não o afasta dos livros, aos quais se entrega à noite, nas horas de repouso. Sua vocação se manifesta íntegra. Não almejava ser doutor, bastava-lhe ser douto, posto que sem presunção.

Do valor dessa dedicação à leitura, dá mostras ainda na adolescência. Vinculado aos integrantes do grupo a que se convencionou chamar “Academia Francesa” — e que, a par de estudar e discutir as obras de Comte, Darwin, Spencer e Littré, mantinha uma Escola Popular, “escola noturna destinada aos pobres e operários” (Capistrano de Abreu, **Ensaio e Estudos**, Rio, Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. 1ª Série, pág. 118) — dá início à sua produção intelectual. O campo dessas primeiras incursões foi o da crítica lite-

rária, em que se destacam a solidez de seus conhecimentos e a clareza de seu estilo.

De um contacto com José de Alencar, então no auge do prestígio político e de escritor, em visita à província natal, decorreu a ida de Capistrano para a Capital do Império. Na Corte, socorre-se de seu único cabedal, do fruto de suas leituras, e se dedica ao magistério privado e ao jornalismo, até o surgimento da oportunidade de lograr um emprego estável. Abre-se um concurso para oficial da Biblioteca Nacional, aprisco em que, desde sua vinda do Ceará, se homiziara para entregar-se ao alargamento de seus horizontes. Da disputa, sai vencedor, dissertando sobre iconografia, história, literatura, filosofia, geografia, bibliografia, paleografia, inglês, francês e latim !

Afrânio Coutinho, muito provavelmente, tenha atinado com o fator de êxito de Capistrano, ao assinalar que não é lícito “subestimar-se a influência do ensino secundário de humanidades, que recebeu no Colégio dos Educandos, do Padre Braveza, no Liceu e no Seminário Episcopal” (**Euclides, Capistrano e Araripe**. Rio, MEC, 1 959, pág. 23).

De fato, a despeito da rebeldia do estudante, os cursos de humanidades que freqüentou, forçosamente, devem ter-lhe marcado o espírito. Tanto que, como nota José Honório Rodrigues (“Explicação”, na 4ª ed. dos Capítulos de História Colonial, Rio, Sociedade Capistrano de Abreu, 1 954, pág. 12), “era um autodidata, mas, quem, lendo sua obra, sentirá esta formação ? Que contemporâneo jamais percebeu isto ? A surpresa estava em saber que ele não tivera uma direção superior, que ele mesmo dirigira seu caminho, tão bem que ninguém se apercebia”.

Durante sua permanência na Biblioteca Nacional, distinguiu-se como um dos organizadores da Exposição de História do Brasil, da qual decorreu a publicação do **Catálogo** das obras que compuseram a mostra, reputado “o maior monumento bibliográfico histórico brasileiro” (José Honório Rodrigues, Nota Liminar” à 2ª ed. de **O Descobrimento do Brasil**. Rio, Civilização Brasileira/MEC, 1 975, pág. X).

Mudada a direção da Biblioteca, incompatibiliza-se ele com o novo diretor. Assim, quando se vagou a cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II, decidiu-se a disputá-la. Elabora, então, **O Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI**. Carl von Koseritz, presente à defesa de tese, registra a situação constrangedora em que se viram enleados, na presença do Imperador, os dois examinadores, Matoso Maia e Moreira de Azevedo, sob a

presidência de Sílvio Romero. “Foi um verdadeiro exemplo — escreve o jornalista — de dois examinadores ignorantes e intelectualmente limitados, aos quais o examinando superava de longe, e que, por isto com ele se chocavam e se comprometiam a cada momento. Eles faziam as mais extraordinárias e, por vezes, mesmo, tolas objeções à tese do talentoso jovem, e via-se claramente como o Imperador se aborrecia com a incapacidade dos examinadores” (**Imagens do Brasil**. Tradução, prefácio e notas de Afonso Arinos de Melo Franco. S. Paulo, Martins, (1 943). Biblioteca Histórica Brasileira, XIII. pág. 110). A Congregação reunida, aprovou-o por dezessete votos contra cinco. Face ao espanto de José Honório Rodrigues pela ocorrência das manifestações divergentes de, como ele os qualifica, “cinco pobres diabos”, é oportuno lembrar a observação de Koseritz a respeito de parcela apreciável do corpo docente daquele estabelecimento. “Conta com professores excelentes (...), mas a maior parte é da marca dos dois examinadores”!...

A tese, elaborada em 1 883, é, na verdade, um exemplo de seriedade a ser seguido na fatura de obra histórica. Tirando a questão da prioridade na descoberta, disputada entre espanhóis, franceses e portugueses, inclinando-se Capistrano a favor dos primeiros, o livre é inigualável, no conceito de José Honório (op. cit., pág. XIII).

De 99, é o ensaio que, reunido a alguns outros, resultou no volume que lhe leva o nome: **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Dele afirma o autor da **Teoria da História do Brasil**, na “Nota Liminar” à 4ª ed. daquela obra, que constitui verdadeira rota nova na historiografia brasileira. (...) Com um só estudo renovava-se todo o espírito de nossa historiografia e se estimulava a investigação e o esclarecimento de uma zona nova desconhecida, abandonada” (pág. XII e XIII).

Integra esse volume o artigo em que, no **Jornal do Comércio**, do Rio, analisa “Os Guainás de Piratininga” do nosso Afonso de Freitas, sob o título “Os Guainases de Piratininga”. O antigo presidente do Instituto Histórico de São Paulo, a certa altura de seu trabalho escreve que “os termos Piratininga e Anhembi pertencem tanto ao idioma Nheengatu ou Brasília como aqueles (Tietê e Tamanduateí) e se foram empregados pelos Guainás é porque outro não era o idioma falado por eles senão a língua geral ou tupi” (RIHGSP, 13, pág. 370). A essa ilação, observa Capistrano que, “posto nestes termos o debate pode eternizar-se estéril; cumpre descobrir o meio de feri-lo por outro lado, e felizmente existe”. E contrapõe àquele critério, todo um farto rol de citações

etnográficas, concluindo que “os Guaianases não falavam o tupi, os Guaianases moravam na Ilha Grande, no mediterrâneo dos Reis e adjacências. (...) Procurando nas cercanias da Ilha Grande índios estranhos à língua-geral, encontramos os Guarumumis, e não é temerário avançar que a si mesmos se chamavam assim os Guaianases”. E, dando azo ao sarcasmo com que carregava sua crítica, enfatiza que “trabalhar com índios não é fácil nem agradável; mas também não é das maiores áfricas: urge fazê-lo” (**Caminhos**, 4ª ed., cit., págs. 12 e 15).

Um dos desígnios mais antigos de Capistrano foi a elaboração de uma História do Brasil. “Quando, ainda no Ceará, concebia-a”, escreve ao amigo Barão de Studart. Seria de grande porte. Não a realizou, porém. “Parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias — confessa. Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte, e fui punido” (**Correspondência**, ed. org. e pref. por José Honório Rodrigues, Rio, INL, 1 954, I, pág. 178). O grande edifício planeado, com o tempo, ia perdendo em dimensão. “Cada ano levou consigo um lance ou um andar. A continuar mais tempo, ficaria reduzida a uma cabana de pescador”. Este era o castigo a que se referia. Em princípios deste século, dispunha-se a reeditar a **História Geral** de Varnhagen, precedendo cada qual dos três volumes que a comporiam de uma introdução, com cem páginas, sintetizando o período correspondente. “Se levar isto ao cabo, fica pronto o livro a que reduzi minhas ambições da **História do Brasil**, um volume do formato de um romance francês” (**Correspondência**, cit., pág. 162). Contudo, nem isso logrou executar. O empreendimento limitou-se ao “primeiro volume e suas introduções reduzidas a notas, comentários e identificações de fontes” (José Honório Rodrigues, “Explicação”, à 4ª ed. dos **Capítulos**, cit., pág. 12).

Por encargo oficial, o Centro Industrial do Brasil incumbiu-se de publicar um trabalho de divulgação de nosso país. Trata-se de **O Brasil. Suas Riquezas naturais. Suas indústrias**. Da obra em três volumes (Rio, M. Orosco & C., 1 907/1 909), figura, no primeiro, um bosquejo de nosso passado histórico abrangendo as três primeiras centúrias, escrito por Capistrano e intitulado “Breves Traços da História do Brasil”, que, no índice, aparece com a denominação de “Noções de História do Brasil até 1 800”. A incumbência que lhe haviam confiado abrangia, também, o século XIX, mas deixou de elaborá-lo. Primeiro, porque excedera, de muito, o prazo para a feitura do trabalho; segundo, porque, como confessava naquela carta a Studart: “conheço-o pouco e mal”. Seu escrípulo, no entanto, devia ter outra causa. O temor de não realizar a síntese criteriosa, que sempre norteou seus escritos, pois, o tema já lhe merecera a atenção. De fato, cerca de sete anos antes, inserira na **A Notícia**, de 1º de janeiro de

1 900, “O Brasil no século XIX”, posteriormente incluído na 3ª Série dos **Ensaio e Estudos**.

Os “Breves Traços”, que Capistrano pensou, com alternâncias de entusiasmo e desânimo, rever, corrigir, retocar, mas que jamais foram por ele mexidos e que, espantosamente, chegou a condenar, são os **Capítulos de História Colonial**. Essa obra, cujos méritos não cessa de reconhecer, é reputado “única, exemplar e modelar como síntese e como composição, um livro que respondia às incertezas, satisfazia as dificuldades, colhia, informava, concluía e resumia o que de melhor se sabia da nossa formação colonial. Não é um livro que se compara; é um livro que se distingue na historiografia brasileira, escrito numa linguagem simples, branda, enxuta, onde havia doutrina que persuadia, compreensão que se fazia perceber e novidade apertada, colhida na vastidão sem fim de suas pesquisas. Não acumulava fatos, mas com sua intuição compreendia os homens e suas atividades, tornando vivo o recontamento” (José Honório Rodrigues, “Explicação” à 4ª ed. dos **Capítulos**, cit., pág. 29).

O trabalho sistemático não encontra nele um afeiçoado. Por isso, o grosso de sua produção é representada pelos esparsos, que se vêm reunindo nos **Ensaio e Estudos**, que já atingem quatro séries. No entanto, estudos, ensaios ou simples artigos de imprensa, são todos escritos conscienciosamente redigidos, com os cuidados de quem zela pelo padrão intelectual de suas obras.

Explicando esta tendência de Capistrano, José Honório Rodrigues (op. cit., pág. 20), com base em carta dele a Studart, em que declara ter perdido o gosto de escrever, quando havia tanto para ler, conclui que “ele preferia ler e aprender a divulgar”.

Contudo, não foi um avaro. Não se limitou a acumular conhecimentos. Partilhou seu saber. De suas pesquisas, resultaram a identificação de Antonil no jesuíta italiano João Antonio Andreoni e a de Brandônio em Ambrósio Antonio Brandão, por exemplo, na elucidação de dois enigmas de nossa historiografia. De suas leituras em inglês e alemão, principalmente, nasceram as traduções, entre outras, das obras de Herbert H. Smith, **Do Rio de Janeiro a Cuiabá**; de Emílio Goeldi, **Os Mamíferos do Brasil** e as **Aves do Brasil**; de Sellin, **Geografia Geral do Brasil**; de J. E. Wappaeus, a primeira parte da **Geografia do Império do Brasil**.

A propósito destas duas últimas, consigna Calógeras (**Res Nostra...** S. Paulo, Irmãos Ferraz, 1 930, pág. 7) que Capistrano “presidiu à revolução de nossos processos de investigação” e que, a pretexto de traduzi-las,

“divulgou uma ciência inteiramente nova e mais ampla e melhor do que a dos originais”. Sellin mereceu-lhe uma apresentação na qual adverte que, no trabalho, “há de se notar a falta de um capítulo sobre antropogeografia” (José Aurélio Saraiva Câmara, **Capistrano de Abreu**. Tentativa Biobibliográfica. Prefácio de Djacir Menezes. Rio, José Olympio, (1 969). (Coleção Documentos Brasileiros, 136), pág. 131). Feito o reparo em 1 889, sustenta Calógeras que ele “foi um antropogeógrafo, antes da invenção do nome”.

Lingüista, deve-se-lhe o **Rã-txa-hu-ni-ku-i**: A Língua dos Caxinauas do Rio Ibaçu afluente do Muru (Rio, Typographia Leuzinger, 1 914), elaborada ao vivo, na convivência com um silvícola, vindo do Acre, a pedido seu, para esse fim. Daí aquela sua afirmação, por experiência própria, acerca dos percalços no trabalho com índios.

Outra faceta de sua obra, de suma valia, é a vultosa correspondência, organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, contida em três alentados volumes.

À exceção da Língua dos Caxinauas e da edição da 4ª Série dos **Ensaio e Estudos**, agora aparecida, por iniciativa sua, este historiador, sob o título geral de **Obras de Capistrano de Abreu**, promove a reedição de seus demais trabalhos.

A importância de João Honório Capistrano de Abreu na historiografia brasileira é posta em destaque por Calógeras, na homenagem que lhe tributou, postumamente, no Instituto Brasileiro. “Antes de Capistrano, — escreve — havia monografias históricas, crônicas mais ou menos interessantes, memórias e anais sem grande nexos e com escassa crítica, nem sempre objetiva, sem aproveitamento do material existente. (...) Com o mestre (...) aparecem virtudes novas, ou com mais relevo postas em destaque; o respeito ritual ao documento” (op. cit., pág. 7/8).

E, como a História é o documento, a nossa História tem em Capistrano o grande marco. Marco tanto mais notável se lembrarmos que esse reformador — do mesmo modo que Herculano, no cenário historiográfico de Portugal — não perlustrou bancos acadêmicos.

FREI VICENTE DO SALVADOR

Raul de Andrada e Silva

Reitero o que disse, ao ingressar nesta Academia: a não ser algumas impressões pessoais, nada mais resta a dizer, a propósito da **História do Brasil**, de Frei Vicente do Salvador, depois da monumental edição crítica de Capistrano de Abreu, que continua sendo o mais alto modelo do gênero, em nossa historiografia; e depois da edição comemorativa do Grande Jubileu—75 anos—da Companhia Melhoramentos, e, coincidentemente, do IV centenário do nascimento do Autor, ou seja, a 5ª edição dessa obra, em 1965; edição enriquecida com as valiosas notas do sábio comentador, Frei Venâncio Willeke, OFM, que, entre outras contribuições originais, assinalou os trechos da “Crônica da Custódia do Brasil”, que Frei Vicente transcreveu na sua História.

A primeira edição é a de 1889, vol. XIII dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, precedida de uma parcial, a de 1887, já anotada por Capistrano de Abreu que, em 1918, lançou a 2ª edição integral, edição crítica, opulentada com a Nota Preliminar e os magistrais “Prolegômenos” do erudito historiador cearense. Embora não pretendesse “foros de heurística”, esses “meros apontamentos biográficos ou bibliográficos”, no despretenhoso dizer do próprio Capistrano, na verdade constituem o mais rigoroso e seguro exame crítico do texto e do suporte documental, utilizado por Fr. Vicente. Suas fontes, quase puramente bibliográficas, são as obras básicas existentes no tempo em que ele escreveu, a começar pelos velhos cronistas portugueses da época dos descobrimentos. Mas, a falta de maior base arquivai foi compensada, de algum modo, pelo largo uso de comunicações particulares e tradições locais, donde, lembra Capistrano, o tom por vezes popular da narrativa. Na época e nas condições em que compôs a sua História, não podia mesmo Fr. Vicente ter consultado as fontes manuscritas, mas, o que lhe falta em documentos arquivais, sobra-lhe em veracidade, ao retratar o meio físico e humano do Brasil dos dois primeiros séculos.

Realmente, nas páginas desse Avô da Historiografia Brasileira pulsam as vibrações do passado, que o interessado autor auscultou, bem como da realidade social que o cercava e de que deixou precioso testemunho. Pois que Fr.

Vicente historiou o passado e, simultaneamente, viu e viveu a história do seu tempo, que fixou por escrito.

Daí que o seu livro tenha o sabor de crônica, no melhor estilo cronístico, sem que haja ficado no mero relato episódico. Foi ele cronista e historiador, pois que buscou ao mesmo tempo e à sua maneira a explicação dos fatos, e enxergou o caráter social da história.

Não admira, pois, que o tenham em tão alta conta os nossos maiores historiógrafos, a começar por Varnhagen e Capistrano de Abreu, bem como os mestres da nossa história literária, a partir dos prógonos, José Veríssimo e Sílvio Romero.

Fr. Vicente foi, em vida, um autor sem leitores, uma vez que a sua História do Brasil só veio a ser publicada quase três séculos depois de escrita. Mas, de então em diante, quanta luz esse livro desprezioso lançou para a compreensão sociológica, antropológica, psicológica e ecológica do Brasil antigo, ao lado da variada informação histórica sobre a terra, as águas, as plantas, os animais, as potencialidades econômicas, os primitivos habitantes e os acontecimentos do nosso passado. Livro que foi além da narrativa pitoresca, para alcançar a permanência ao longo do tempo.

Nesse texto seiscentista, não falta o mundo natural e o gentio, a exemplo da obra dos cronistas que o antecederam. Ele, porém, começa a fazer a história geral do Brasil e a transpor as fronteiras da crônica, não se limitando a desfiar os fatos da história política, administrativa, militar, desde o descobrimento do Brasil até os governos gerais. Já se abalança a interpretar e, muitas vezes, com toda a propriedade, pouco importando que o faça mais intuitiva que cientificamente. E o que falta em rigor científico, é largamente contrapesado pela carga de sensibilidade, sem a qual o historiador não pode captar, em toda a profundidade, o sentido histórico das coisas e dos homens. Ao lado dos cronistas do século XVI, as páginas de Fr. Vicente traduzem o deslumbramento, comum a todos eles, ante o espetáculo do Novo Mundo, uma “visão do paraíso”, já estampada na carta de Caminha.

Com esse conteúdo e nos estilo em que foram vazadas tais obras, compreende-se o critério de incluir os cronistas portugueses do Brasil quinhentista na fase inaugural de nossas letras; critério mais do que aceitável também no que toca a Fr. Vicente que é, cronologicamente, o primeiro histo-

riador e o primeiro prosador, nascido no Brasil. Já notara sagazmente José Veríssimo que se “houvéramos nós brasileiros de fazer a lista dos nossos clássicos, isto é, daqueles escritores que, sobre bem escreverem a sua língua, melhor nos representassem o sentimento, o entendimento e a vontade que faz de nós uma nação, o primeiro dessa lista seria, por todos os títulos, Fr. Vicente do Salvador com a sua História do Brasil”.

Esse historiador ameno é um exemplo de estilo correntio e limpo, despido de inúteis sobre cargas ornamentais e que se impõe somente pela vivacidade e a graça natural. Sua maneira aberta e livre de escrever foi posta a serviço da arte do narrador, que também havia em Fr. Vicente, dotado de agudo senso do dramático e do heróico; e, por isso, ele nos traçou, igualmente, um retrato vivo do Brasil do seu tempo, retrato acaso incompleto e sem retoques, pondo em ação a humanidade que aqui vivia, com toda a sua gama de variações étnicas: o branco, o negro, o índio e os mestiços de múltiplos matizes.

Já notara Capistrano a presença de elementos místicos, na História de Fr. Vicente. Na sua época, o humanismo renascente mesclava-se com as sobrevivências da cultura medieval e do classicismo greco-romano, impregnadas de lendas e credices, em coexistência com a crença cristã. Entrelaçamento de culturas que se reflete na criação literária e do qual o exemplo máximo em Portugal são **Os Lusíadas**. Pois bem, a mesma projeção se constata na História de Fr. Vicente, malgrado as contradições entre História e Mito, entre o irrealismo deste e a objetividade daquela. Recolhendo alguns mitos, o historiador se mantinha fiel ao seu tempo e ao meio social em que vivia. Um exemplo: o mito “dos homens marinhos, que já foram vistos sair fora d’água após os índios, e nela não morto alguns que andavam pescando”. Não menos célebre e difundido era o mito de Sumé, que os missionários tomaram por São Tomé, vindo à Bahia para ensinar coisas úteis aos índios e evangelizá-los; estes o quiseram matar e só não o surpreenderam na praia, porque o santo se passou de uma passada à ilha da Maré. E conclui a narrativa: “Devia de ser indo para a Índia que quem tais passadas dava, bem podia correr todas essas terras, e quem as havia de correr convinha que desse tais passadas”.

Por outro lado, o texto de Fr. Vicente denota, às vezes, um sentido providencialista da história, em passos nos quais se confundem o plano temporal e o espiritual; e os homens parecem agir impelidos por uma força

superior. Assim, num combate entre índios e portugueses, em S. Vicente: "... a Divina Providência se acostou à parte mais justificada", observa o nosso Autor. E, em vários outros episódios, sempre a favor dos portugueses, interfere o sobrenatural cristão, às vezes associado ao mito ou à lenda.

Embora exalte os feitos da conquista lusitana, não se eximiu Fr. Vicente, com exemplar franqueza, de julgar severamente a conduta errada dos portugueses, quando assim o entendia. Incredulando de maus colonizadores aos portugueses, atribuiu à negligência deles o desconhecimento do sertão, até princípios do século XVII e opinou que "sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos". Com a mesma isenção e imparcialidade criticou o clero, por ocasião da invasão holandesa na Bahia, ao constatar o pânico na cidade e a fuga dos moradores, rematando:

"... o mesmo fizeram clérigos e frades e seculares que só trataram de livrar as pessoas... Tanto pôde o receio de perder a vida e enfim se perde tarde ou cedo, e às vezes em ocasião de menos honra".

Cabe agora uma referência, ainda que breve, a propósito da visão do social, na obra de Fr. Vicente. Relembre-se, por exemplo, a observação certa do historiador, quando nota e comenta a inquietação, a instabilidade do povoador português do primeiro século da conquista, povoador que dificilmente se radicava na terra, querendo voltar rico para Portugal. Outros muitos passos do texto vicentino ilustram o agudo senso de observação do historiador, voltado para diversas manifestações da vida coletiva, por exemplo, o peso do preconceito de cor numa sociedade, como a do seu tempo, estruturada em castas e estamentos.

Finalmente, um breve comentário em torno da informação histórica geral, que a História de Fr. Vicente proporciona. Informação haurida sobretudo nas fontes impressas que Capistrano cuidadosamente arrolou e judiciosamente analisou nos seus Prolegômenos, e que largamente utilizaram os historiadores que sucederam a Fr. Vicente. A partir da história dos Governadores Gerais, às mencionadas fontes acrescentou-se o testemunho dos depoimentos pessoais que lhe foram prestados, bem como o conhecimento direto dos fatos, pois em boa parte Fr. Vicente participa da história que narrou.

Ao longo da obra, há conhecidos equívocos, por exemplo, no Livro I, a versão de que o descobrimento do Brasil fora obra do acaso, nisto seguindo João de Barros; outro equívoco: a data do descobrimento a 3 de maio,

em vez de 22 de abril; é que, naquele tempo, a carta de Pero Vaz de Caminha jazia esquecida na Torre do Tombo.

Cumpre, todavia, não amesquinhar o valor da História de Fr. Vicente pelos enganos que encerra e que hoje estão corrigidos pela crítica histórica e pelas modernas investigações, devendo-se ao contrário apreciá-la pelo que representa, como repositório de informações corretas e, acima de tudo, como testemunho vivo a respeito do Brasil do primeiro quartel do século XVII.

Tal como permanece e a despeito dos avanços da nossa historiografia, a obra do historiador franciscano conquistou lugar definitivo, na alta categoria das fontes obrigatórias sobre o antigo Brasil.

*

OLIVEIRA LIMA

Arrisson de Souza Ferraz

Deixou Manoel de Oliveira Lima obra alentada e multifária, fruto de atividades incessantes, como escritor e cultor das letras históricas. Descendente de nobres estirpes, nasceu em Recife, a 25 de dezembro de 1867. Na Capital Pernambucana, estudou as primeiras letras, fez as humanidades e iniciou o curso jurídico, concluído na formosa e faustosa Coimbra, edificada às margens do Mondego, no velho Portugal de nossos avoengos.

Terminados os estudos, aceitou convite para integrar a representação diplomática brasileira, na terra lusa, como Secretário de Legação. Investiu-se nas funções em 1890. Daí por diante, bateu por toda parte. De Lisboa a Berlim; de Berlim a Washington; de Washington a Londres; de Londres a Tóquio. Em 1904, segue como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário para Caracas, onde o aguardava um problema de alta relevância. Resolveu-o com sabedoria, firmeza e responsabilidade, ao firmar, no ano seguinte, com a Chancelaria Venezuelana, dois protocolos, estabelecendo, com rigorosa observância dos interesses nacionais, nova demarcação de limites com a terra de Simão Bolívar. Anos mais tarde, é designado para a Bélgica, onde encerra a carreira diplomática com a aposentadoria.

em vez de 22 de abril; é que, naquele tempo, a carta de Pero Vaz de Caminha jazia esquecida na Torre do Tombo.

Cumpre, todavia, não amesquinhar o valor da História de Fr. Vicente pelos enganos que encerra e que hoje estão corrigidos pela crítica histórica e pelas modernas investigações, devendo-se ao contrário apreciá-la pelo que representa, como repositório de informações corretas e, acima de tudo, como testemunho vivo a respeito do Brasil do primeiro quartel do século XVII.

Tal como permanece e a despeito dos avanços da nossa historiografia, a obra do historiador franciscano conquistou lugar definitivo, na alta categoria das fontes obrigatórias sobre o antigo Brasil.

*

OLIVEIRA LIMA

Arrisson de Souza Ferraz

Deixou Manoel de Oliveira Lima obra alentada e multifária, fruto de atividades incessantes, como escritor e cultor das letras históricas. Descendente de nobres estirpes, nasceu em Recife, a 25 de dezembro de 1867. Na Capital Pernambucana, estudou as primeiras letras, fez as humanidades e iniciou o curso jurídico, concluído na formosa e faustosa Coimbra, edificada às margens do Mondego, no velho Portugal de nossos avoengos.

Terminados os estudos, aceitou convite para integrar a representação diplomática brasileira, na terra lusa, como Secretário de Legação. Investiu-se nas funções em 1890. Daí por diante, bateu por toda parte. De Lisboa a Berlim; de Berlim a Washington; de Washington a Londres; de Londres a Tóquio. Em 1904, segue como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário para Caracas, onde o aguardava um problema de alta relevância. Resolveu-o com sabedoria, firmeza e responsabilidade, ao firmar, no ano seguinte, com a Chancelaria Venezuelana, dois protocolos, estabelecendo, com rigorosa observância dos interesses nacionais, nova demarcação de limites com a terra de Simão Bolívar. Anos mais tarde, é designado para a Bélgica, onde encerra a carreira diplomática com a aposentadoria.

Alisava, ainda, os bancos escolares, quando iniciou as atividades intelectuais, escrevendo nas revistas acadêmicas e na imprensa diária. A diplomacia não lhe arrefeceu esta vocação, antes a estimulou. Servia em Bruxelas, quando começou a publicar trabalhos e a fazer conferências sobre o Brasil, estas e aqueles no idioma francês. Ministrou, em 1911, em Paris, na Faculdade de Letras da Sorbonne, um curso sobre o tema “A Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira”. A promoção foi um sucesso. O curso, reunido em um volume, foi editado. Novo sucesso. Grande repercussão. Como conferencista, recebeu o epíteto de “Divulgador de Conhecimentos sobre o Brasil”; com o curso, recebeu, do escritor e diplomata sueco Goran Bjorkman, o título de “Embaixador Intelectual do Brasil no Velho Mundo”.

A ressonância do curso na Sorbonne e das conferências transpôs oceanos, correu mundos. Deu origem a um convite dos Estados Unidos para fazer-se ouvir, nos seus centros culturais e universitários, sobre os temas abordados na Europa: “A Terra e a Gente Brasileiras”. O convite foi aceito e Oliveira Lima deslumbrou, também, as platéias e auditórios da terra de Tio Sam.

Escreveu muito Oliveira Lima. Sem levar em conta os artigos de imprensa e trabalhos publicados em revistas e periódicos, deixou as seguintes obras: “Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico” — Recife, 1895; “Impressões Políticas e Sociais do Brasil” — Washington, 1899; “Impressões sobre o Descobrimento do Brasil, suas Primeiras Explorações e Negociações Diplomáticas” — Brasil, 1900 (obra premiada no Concurso de História Pátria no IV Centenário do Descobrimento); “Impressões da Terra e da Gente, Coisas Diplomáticas do Brasil” — Tóquio, 1908; “D. João VI no Brasil, considerado o trabalho mais importante, até então editado sobre aquele monarca, por fazer a reconstituição histórica de sua passagem pela nossa terra, com imparcialidade e com justiça; e “História da Civilização” — Brasil, 1919, trabalho laureado, com sete edições, obrigatório até a terceira década deste século, em nossos cursos de humanidades. Com esta obra lapidar, fizemos o curso de História Geral, da Academia de Polícia Militar de nosso Estado. Suas páginas, atraíam, seus capítulos encantavam. O confronto que fazia entre Alexandre Magno e Napoleão — Granico, Issus e Arbelles, os três grandes feitos de armas do filho de Filipe, no Oriente, e Toulon, Marengo e Austerlitz, as três vitórias consagradoras do Grande Corso, na Europa — era por demais fascinante.

Como Historiador, foi considerado o legítimo continuador de Varnhagen, o que lhe valeu o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; como literato, subiu às maiores alturas em figurar nas fileiras dos funda-

dores da Academia Brasileira de Letras. Na Casa de Machado de Assis, teve assento na Cadeira Trinta e Nove, com o privilégio da escolha de seu Patrono. E ele não vacilou. Conferiu a dignidade ao eminente historiador sorocabano; como diplomata, serviu ao Brasil com saber e com grandeza. Pela sua obra, nos domínios da Mestra da Vida, nossa jovem Academia foi buscá-lo e elevou-o às culmínias da Cadeira Número Dez. É a Cadeira que ocupo nesta Casa. Meus agradecimentos à Equipe Fundadora por ter-me colocado sob a sombra protetora de uma figura de tamanha dimensão.

Manoel de Oliveira Lima deixou a vida, mas não deixou este mundo. Está presente na sua História e na História que outros escreveram; está presente na sua vasta e variada bibliografia; está presente nos capítulos das instituições culturais; está presente nas efemérides da Diplomacia Brasileira; está presente nas ruas e praças das cidades e das metrópoles. Está presente nos anais da Academia Paulista de História.

Jesus Cristo já ensinava na sua pregação: “A César o que é de César !”

*

SERAFIM LEITE

Divaldo Gaspar de Freitas

O “Elogio Histórico” de um Homem que escreveu a monumental **História da Companhia de Jesus no Brasil** não poderá ser feito no limitadíssimo espaço de tempo (10 a 15 minutos) que a Academia Paulista de História concede aos seus membros fundadores para exaltarem a obra dos seus patronos. Como se trata de uma resolução, que precisa ser cumprida, acatarei a ordem recebida e tentarei desempenhar-me da missão que me foi outorgada, procurando sintetizar, no menor número possível de páginas, o valor de uma extensa, variada e primorosa obra, relacionada em 1962 pelo Pe. Miguel Batllori, bibliografia que abrange 295 verbetes, alguns deles incorporados, mais tarde, às suas obras de maior porte, substancialmente aumentados e devidamente revistos, e 75 recensões de livros alheios, a que se torna necessário fazer aditamentos substanciais, dado que ele trabalhou até à sua morte, ocorrida em Roma em 27 de dezembro de 1969: a de Serafim Leite.

dores da Academia Brasileira de Letras. Na Casa de Machado de Assis, teve assento na Cadeira Trinta e Nove, com o privilégio da escolha de seu Patrono. E ele não vacilou. Conferiu a dignidade ao eminente historiador sorocabano; como diplomata, serviu ao Brasil com saber e com grandeza. Pela sua obra, nos domínios da Mestra da Vida, nossa jovem Academia foi buscá-lo e elevou-o às culmâncias da Cadeira Número Dez. É a Cadeira que ocupo nesta Casa. Meus agradecimentos à Equipe Fundadora por ter-me colocado sob a sombra protetora de uma figura de tamanha dimensão.

Manoel de Oliveira Lima deixou a vida, mas não deixou este mundo. Está presente na sua História e na História que outros escreveram; está presente na sua vasta e variada bibliografia; está presente nos capítulos das instituições culturais; está presente nas efemérides da Diplomacia Brasileira; está presente nas ruas e praças das cidades e das metrópoles. Está presente nos anais da Academia Paulista de História.

Jesus Cristo já ensinava na sua pregação: “A César o que é de César !”

*

SERAFIM LEITE

Divaldo Gaspar de Freitas

O “Elogio Histórico” de um Homem que escreveu a monumental **História da Companhia de Jesus no Brasil** não poderá ser feito no limitadíssimo espaço de tempo (10 a 15 minutos) que a Academia Paulista de História concede aos seus membros fundadores para exaltarem a obra dos seus patronos. Como se trata de uma resolução, que precisa ser cumprida, acatarei a ordem recebida e tentarei desempenhar-me da missão que me foi outorgada, procurando sintetizar, no menor número possível de páginas, o valor de uma extensa, variada e primorosa obra, relacionada em 1 962 pelo Pe. Miguel Batllori, bibliografia que abrange 295 verbetes, alguns deles incorporados, mais tarde, às suas obras de maior porte, substancialmente aumentados e devidamente revistos, e 75 recensões de livros alheios, a que se torna necessário fazer aditamentos substanciais, dado que ele trabalhou até à sua morte, ocorrida em Roma em 27 de dezembro de 1 969: a de Serafim Leite.

O nosso confrade P. Hélio Abranches Viotti assim se exprimiu: “Quem percorrer sua Bibliografia... não pode deixar de experimentar o sentimento de admiração, senão de assombro, diante da mole de trabalho acumulada em sua obra, de excelente quilate literário e científico (com as restrições, que o amor da verdade me obrigaram a apontar) e que dele fazem um dos mais fecundos escritores e eméritos historiadores do nosso tempo.” (1)

Confesso que elaborei vários “planos de trabalho” para poder condensar tudo o que eu entendia que deveria ser lembrado acerca do seu “Elogio”. E nenhum deles me agradava, pela sua extensão... Nem sequer o que irei apresentar...

Inicialmente, relembrarei algumas datas que devem ser assinaladas na vida de Serafim Leite:

a) 6 de abril de 1 890 — nascimento, no lugar da Quintã, da então aldeia de São João da Madeira (distrito de Aveiro), cerca de 30 quilômetros ao sul da cidade do Porto;

b) 21 de maio de 1 893 — falecimento de seu pai, José Francisco Leite, no Pará, vitimado pela febre amarela, para onde havia seguido, pouco tempo antes, à busca de fortuna;

c) cerca de 1 900 — ingressa no Colégio — Internato dos Carvalhos (Porto);

d) 1 906 — depois de abandonar os estudos no Seminário, seguiu para a Amazônia, a convite de seu tio materno, Manuel Leite da Silva, ali estabelecido, havia alguns anos, como comerciante;

e) 1 912 — 13 — reside na cidade de Monte Alegre (margem esquerda do Baixo Rio Amazonas, já no Estado do Pará), onde se inicia como escritor (jornalista);

f) 1 914 — embarca para a Holanda, para encontrar-se com outro tio materno, Serafim Leite da Silva (antigo abade de Sandim), que fora seu protetor na infância e que professara na Companhia de Jesus;

g) 30 de julho de 1 914 — deu ingresso no Noviciado da Companhia de Jesus, na “casa” de Alseberg (perto de Bruxelas);

h) meados de 1 915 — embarca para a Espanha e em outubro entra no Mosteiro dos Jerônimos de Múrcia (onde se instalaria o Escolástico dos Jesuítas Portugueses) para fazer os estudos humanísticos (1 916 — 19);

i) 1 919 – iniciou o curso de Filosofia no Colégio Máximo de Granada (1 919 – 23);

j) setembro de 1 923 – segue para a Bélgica, para se formar em Teologia, no Instituto Teológico de Enghien (Província de Champagne);

k) 25, 26 e 27 de julho de 1 926 – Ordena-se na Universidade de Camilhas (Espanha), recebendo nesses três dias consecutivos as três ordens maiores;

l) julho de 1 929 – recebe instruções para se dirigir a Lisboa, para onde tinham transferido, um ano antes, a redação da revista “Brotéria”;

m) 2 de fevereiro de 1 932 – professa solenemente. Nesse ano é escolhido pelo P. Cândido Mendes, então Provincial, para escrever uma parte da História da Companhia de Jesus da Antiga Assistência de Portugal. “O ano de 1 932, como bem assinala o Pe. Hélio Abranches Viotti, é grande marco em sua vida; ano de sua profissão religiosa e de sua escolha pelo Padre Cândido Mendes” (2);

n) 1 949 – passa a residir em Roma, no “Institutum Historicum da Societatis Iesu”, ocupando-se da publicação de documentos relativos a história da Companhia no Brasil, para a secção brasileira, denominada “Monumenta Brasiliae” da coleção “Monumenta Historica Societatis Iesu”;

o) 27 de dezembro de 1 969 – falece na capela da “Casa de Escritores”, em Roma, logo após ter celebrado a missa, em consequência de um enfarte;

p) 29–I a 1–II–1 970 – o seu corpo é trasladado para São João da Madeira, “satisfazendo assim um desejo por ele expresso num poema composto na Bélgica em 1 927...” (3), ficando sepultado no cemitério da sua terra-natal.

Vista, assim, uma cronologia que reputo de importância, pasarei a abordar algumas fases da vida de Serafim Leite, realmente expressivas, e que possibilitam, embora fragmentariamente, a alicerçar o seu “Elogio Histórico”.

Como teria o meio culto de São Paulo tomado conhecimento da existência de um intelectual de tão elevado gabarito? ... Creio... que foi assim:

No dia 5 de junho de 1 934, levado pela mão amiga e segura de Afonso de Taunay, compareceu ao “Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, para proferir uma conferência sob o sugestivo título de “A fundação de

São Paulo”, um padre-jesuíta, de nacionalidade portuguesa, que se apresentava com as credenciais de membro do “Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (de Lisboa) e de encarregado pela sua Ordem, a rogo do então Provincial Pe. Cândido Mendes, de escrever a “História da Companhia de Jesus no Brasil”. O seu nome era Serafim Soares Leite, então já conhecido por apenas Pe. Serafim Leite. Encantou a todos, com a sua palavra fácil e recheada de preciosas informações, colhidas em arquivos de Portugal, da Itália e de outros países, para onde se deslocara à procura da verdade. Ante a admiração e o contentamento da seleta assistência, desvendou o texto da carta (até então conservada inédita) que o Pe. Manuel da Nóbrega escrevera ao Pe. Luís Gonçalves da Câmara (um dos clérigos de mais prestígio na corte de Lisboa, tanto que viria a ser, depois, mestre de el-rei D. Sebastião) “no último dia de agosto de 1 553 anos” ... “estando no sertão desta Capitania de São Vicente, onde fiquei este ano, vindo na armada”. Um dos principais tópicos dessa missiva era este: “Ontem, que foi festa da Degolação de São João, vindo a estar numa aldeia (Aldeia de Piratininga), onde se ajuntam novamente e apartam os que se convertem, e onde tenho posto dois Irmãos para os doutrinar, fiz solenemente uns 50 catecúmenos, dos quais tenho uma boa esperança de que serão bons cristãos e merecerão o batismo e será mostrada por obras a fé que tomam agora” (4).

No final da palestra, o Presidente José Torres de Oliveira solicitou a Taunay que fizesse uma crítica ao trabalho de Serafim Leite. Ponderado e observador atento, Taunay teceu palavras de elogio, “pondo em realce o cuidado com que Serafim Leite trabalha e também a paciência e tino que demonstra em suas pesquisas” (5).

A “comunicação” de Serafim Leite teve o efeito de uma verdadeira “bomba”, pois a fundação de São Paulo estava envolvida em certo véu de incerteza e desconhecimento, tudo levando a crer, pela escassa documentação até então divulgada, que ela deveria ser atribuída ao Irmão José de Anchieta, um jovem da Companhia de Jesus, nascido em 1 534, que viera para o Brasil com a “leva” de inacianos que acompanhou o 2º Governador-Geral, D. Duarte da Costa, tendo deixado Lisboa em 8 de maio de 1 553. Esse “revolucionário” trabalho foi publicado no vol. II (julho de 1 934), da “Revista do Arquivo Municipal”, com o título de “Revelações sobre a fundação de São Paulo” (págs. 39 – 47) e, mais tarde (1 936), no nº 31 da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”.

No ano seguinte (1 935), o Departamento Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, pela sua subdivisão de Documentação

Histórica, “instituiu um concurso sobre assunto histórico referente à cidade ou ao Estado de São Paulo”, destinando um prêmio de 5:000\$000 ao 1º colocado. Foram apresentados treze trabalhos, quase todos volumosos e sob pseudônimo. A Comissão Julgadora, constituída de cinco intelectuais de renome (Alcântara Machado, Djalma Forjaz, Fernando Azevedo, Paulo Prado e Plínio Ayrosa) emitiu o seguinte “Parecer”, em 24-III-1 936: “Bem estudados os trabalhos que foram apresentados ao Departamento de Cultura, por ocasião do primeiro concurso sobre assunto histórico, referente à cidade ou ao Estado de São Paulo, a comissão julgadora abaixo assinada resolveu classificar em 1º lugar – Os Jesuítas na Vila de São Paulo – por “Anchióbrega” (6). Esse pseudônimo pertencia a Serafim Leite, pelo que ele começou a ver galardeado o seu persistente e criterioso devotamento ao estudo dos assuntos históricos, aos quais se dedicaria, com afínco e perseverança, até ao fim da sua longa vida, merecendo o justo galardão de um dos mais sérios e profundos historiadores da época.

Trabalhos de paciente e cuidadosa investigação histórica foram surgindo, em revistas e outras publicações. Em 1 937, a Companhia Editora Nacional lançou “Páginas de História do Brasil”, com prefácio de Afrânio Peixoto, “uma coletânea constituída por vários trabalhos já surgidos em revistas, com um ou outro retoque, mais um capítulo novo e um apêndice” (7).

O ano seguinte, 1 938, seria o da verdadeira consagração literário-histórica de Serafim Leite, com o aparecimento dos volumes I e II da “História da Companhia de Jesus no Brasil”, num total de mais de 1 300 páginas: método expositivo simples e acessível; documentos inéditos e sua verdadeira interpretação; crítica conscienciosa e bibliografia vasta e do maior interesse, sendo-lhe outorgado, em Portugal, o “Prêmio Literário (de História) Alexandre Herculano”, do Secretariado Nacional de Informação. Embora no início de publicação, o seu conteúdo deixava ver o que viria depois ! E não se enganaram os que assim pensaram... Os outros volumes não tardariam: III e IV em 1 943; V e VI, em 1 945; VII, VIII e IX, em 1 949 e o último em 1 950. Essa obra constituía, no dizer do nosso Confrade Leite Cordeiro, “um verdadeiro monumento de cultura e história” (8). Apesar da sua grandiosidade e do precioso “material” que encerrava, não só para a História do Brasil, mas também para a de São Paulo, lamentavelmente, às vésperas das “Comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo”, ainda havia gente que, arvorando-se em

defensora de Nóbrega... desconhecia a existência desse “monumento de cultura e de história” !...

Serafim Leite poderia ter encerrado a sua carreira de escritor, na certeza de que o seu nome ficaria gravado para a eternidade, em letras de ouro, no escrínio historiográfico luso-brasileiro ! Mas ele não se contentou com os louros alcançados e continuou a trabalhar, pois ele adorava os livros, chegando a confessar: “O gosto dos livros trouxe-me à Companhia de Jesus; a Companhia devolveu-me aos livros. E pelos livros, num ato de agradecimento, procuro servir a Verdade e glorificar a Deus.” (9). É só percorrer a “Bibliografia” do Pe. Batllori... ainda desfalcada dos excelentes trabalhos publicados além de 1962... Eis alguns, que, um pouco à pressa, consegui arrolar: “As raças do Brasil perante a ordem teológica e jurídica portuguesa nos séculos XVI a XVIII” (“Scientia Jurídica”, XIII, nº 70, nov. – dez. 1964, págs. 531 a 551); “Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal (1549 – 1760)”, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1965, 318 págs.; “Enformação dalguas cousas do Brasil” (Por Belchior Cordeiro, 1577), in “Anais da Academia Portuguesa da História”, 2ª s., XV, 1965, págs. 175 – 201; “O B. Inácio de Azevedo, reitor do Colégio de Santo Antão de Lisboa (1553 – 1555)”, in “Brotéria”, LXXXIV, nº 3, março 1967, págs. 365 – 374; “O B. Inácio de Azevedo reitor do Colégio de Coimbra (1556 – 1558)”, in “Brotéria”, LXXXIV, nº 4, abril-1967, págs. 522 – 531; “Novas páginas de História do Brasil” – São Paulo, Comp. Edit. Nac., 1965, “Brasiliana” 323 – 393 págs.; “Monumenta Brasiliae V sive complements Azevediana, I, 1539 – 1565” – Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1968, 494 págs. Dada a minha ligação à Universidade de Coimbra, não poderei deixar de lembrar o aparecimento, em 1963, dos “Estatutos” de 1559, que durante alguns séculos se consideraram perdidos, pois que não se conhecia nenhum exemplar, quer manuscrito quer impresso. A exemplo da maioria das obras de Serafim Leite, traz uma “Introdução e notas históricas e críticas”, feitas com o bom-senso que lhe é peculiar. Uma pesquisa paciente e demorada fornecerá nomes de outros trabalhos de Serafim Leite, que virão ampliar e completar a “Bibliografia” de 1962, demonstrando o seu continuado esforço para o enriquecimento da cultura histórica luso-brasileira.

Eis, em breve síntese, o “perfil” do historiador Serafim Leite, que se impôs à consideração e ao respeito não só de brasileiros e de portugueses, como de destacadas figuras da historiografia universal.

Sempre vi, em Serafim Leite, apenas, um excelente e probo historiador. Agora, tendo necessidade, para escrever o seu “Elogio histórico”, de aprofundar-me, um pouco, na sua biobibliografia, contida em algumas publicações (“Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, “Enciclopédia Verbo”, “Dicionário Literário Brasileiro”, de Raimundo de Meneses), em trabalhos dos Padres Domingos Maurício e Hélio Abranches Viotti, e na “Bibliografia” organizada pelo Pe. Miguel Batllori, deparei-me com novas facetas da sua atividade cultural: jornalista, contista, poeta, sociólogo, heraldista etc., que me causaram surpresa...

Bem cedo Serafim Leite iniciou-se no jornalismo. Vivendo em Monte Alegre, na margem esquerda do Rio Baixo Amazonas (no Estado do Pará), publicou na “Gazeta de Monte Alegre”, em 1 912, uma “breve composição com intenção de conto”, intitulada “Joel e Fátima”. E nesse biênio 1 912 – 13 surgiram no mesmo jornal outros artigos de Serafim Leite, apresentados com o pseudônimo de “João Madeira” (nome tirado, por certo, de sua terra natal). Ele próprio confessa: “Neste meio tempo ensaiei os primeiros passos na composição literária. Uns versos impossíveis, uns contos ingênuos, umas crônicas sem fundo, mas que se publicaram, e que, não valendo nada, serviam de pretexto para me lisonjarem os amigos, como se de fato valessem...” (10).

Serafim Leite também cultivou o conto, dando-nos, em 1 927, “Rosas de púrpura” e em 1 930 um livro intitulado “Iuminuras”, com 11 produções: Caçada maldita, Noite de São Martinho, Tia Miséria, A dama desconhecida, O hino das mães, O Estado Livre de S. Luís, Ângela, O beijo da irmã Helena (“certo episódio pessoal que muito o impressionou... referido a terceira pessoa, evidentemente, e envolto num leve ar de poesia e ficção para lhe dar sabor”, como o próprio autor elucida) (11), O falsário, Ressurreição e A caminho. Não conheço o valor intrínseco dessa obra (o que pretendo fazer, oportunamente), mas o simples fato de ter sido ilustrada pelo afamado pintor Carlos Carneiro (aluno da Escola de Belas-Artes do Porto e filho do grande “Mestre” Antônio Carneiro) leva-me a supor que se trata de uma publicação digna de todo o mérito.

Confesso que ainda não li apreciação alguma à obra poética de Serafim Leite. A Biblioteca Municipal de São Paulo possui os seus dois livros “Trajetórias” (poemas), 124 páginas – 1 931 e “Do homem e da terra” (também poemas), 140 páginas – 1 932; a escassez de tempo não permitiu que eu tomasse contacto com essas duas publicações, para emitir a minha modesta opinião. Além dessas obras poéticas, Serafim Leite publicou “Nossa Senhora dos

Milagres” (cantigas para o futuro), 1 “pagela” com sete quadrinhas de estilo popular, (1934); “O poema do ano” (12 sonetinhos, um por mês), 1931; “Cântico Essencial” (A Nossa Senhora), “prosa poética em cinco estrofes” (1935); “Se souberes !...” (1938). De sua lavra poética apenas tive ao meu alcance a letra do “Hino de São João da Madeira”, poesia que o jornal “O Regional”, de 1-1-1928 assim apreciou: “Hino encantador, espelho das virtudes dum povo laborioso e caritativo, nele se refletem, num misto de sentimento e energia, as aspirações da alma sanjoanense, as suas virtudes características — actividade, amor pelas obras de beneficência, instrução e a sua fé inabalável nos próprios destinos, pairando em tudo e acima de tudo esse espírito de trabalho.” (12).

Não é fácil adaptar uma poesia a uma composição musical, sobretudo quando esta é de autoria de um Mestre da “Arte dos sons”, como o insigne Tomás de Lima (professor do Conservatório de Lisboa e que o Brasil bem conheceu). Apesar disso, Serafim Leite foi feliz nos versos que burilou; ele viu as virtudes dos seus conterrâneos e apregoou:

“São João é um povo que encerra
As virtudes benditas do lar;
Crê em Deus, no Trabalho e na Terra,
Sabe amar e sofrer e cantar.” (13)

E atentai para a beleza deste grito vibrante de amor pelo seu semelhante:

“Arde em nós, bem no fundo, serena,
Como chama de amor que reluz,
A paixão pelo pobre que pena,
Sem lareira, sem pão e sem luz.” (14)

A propósito do “Hino de São João da Madeira”, há um pormenor que me chamou a atenção: em todas as biografias consultadas, havia a indicação de que Serafim Leite é o “autor” do Hino de São João da Madeira. Correntemente, considera-se “autor de uma melodia, o musicista que a compõe, isto é, o que cria e escreve a música”. Também fui induzido a erro, chegando a pedir ao Presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira que me fornecesse “a música do Hino de São João da Madeira, composto por Serafim Leite” !... Na realidade, Serafim Leite é apenas o autor dos versos. Ele próprio teve a culpa no raciocínio por mim elaborado, pois diz: “Compus também o Hino Oficial de S. João da Madeira...” (15).

Referi-me, ligeiramente, a Serafim Leite como contista e poeta, sem indicar um juízo crítico acerca do seu valor nesses dois campos das Letras. Pesquisei, mas...nada encontrei !... Consultei, então, o Prof. Antônio Soares Amora, que durante muitos anos foi o catedrático de Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e que mantinha relações de amizade com Serafim Leite; a sua resposta foi esta: “Confesso que desconhecia essas duas facetas do Mestre, pois jamais vi ou ouvi referência alguma a tal respeito.” Afrânio Peixoto, um de seus grandes admiradores da sua cultura, ao assinalar a sua visita honrosa à Academia Brasileira de Letras, em 10 de abril de 1934, proferiu estas palavras: “ele traz à companhia livros seus, que provam ser dos nossos. São eles **Illuminuras, Trajetórias, Do homem e da terra...** livros que documentam a capacidade do escritor, que é honra de seus portugueses e de nossa língua portuguesa. Festejemo-lo, pois, pelo que já é...” (16). Em 1934, na abalizada opinião de Afrânio Peixoto, Serafim Leite devia ser considerado como um bom escritor, cultivando a Poesia e o Conto.

Serafim Leite também se embrenhou pelo campo da Sociologia, publicando alguns trabalhos que demonstram a sua preocupação com a apreciação e o estudo de certos assuntos que interessam à Sociologia. Na sua extensa bibliografia divisam-se inúmeros trabalhos que pertencem a esse sector do conhecimento humano.

Curioso por índole e por instinto, Serafim Leite possuía apreciáveis conhecimentos de Heráldica, essa difícil “arte de formar e descrever os brasões de armas”, também chamada “Armaria”, “Brasão” ou “Arte do Brasão”, sendo ele o autor do brasão de sua terra natal, em cuja elaboração empenhara todo o seu talento, todo o carinho de verdadeiro sanjoanense. Eis como ele descreve esse brasão, composto antes de 1 de janeiro de 1928: “As armas de S. João da Madeira, partidas em pala com chefe, representam o que era a nossa terra ao conquistar os seus foros de vila (18 de julho de 1924): uma povoação industrial e agrícola, animada pelo espírito fecundo do trabalho. Donde os três elementos do escudo: Na pala direita a fábrica que representa a indústria; na pala esquerda a paveia de trigo, emblema da agricultura; e no chefe, figura heráldica de primeira ordem, sobressai a legenda LABOR, como encarnação flagrante do espírito sanjoanense. A distribuição dos metais e cores tem a significação seguinte: A paveia de ouro em campo verde simboliza a riqueza e a confiança; a fábrica

vermelha em fundo de prata indica o ânimo industrioso e empreendedor, fundado na lealdade; e a legenda LABOR em ouro sobre negro, manifesta o amor do trabalho até ao extremo sacrifício.” (17).

Eis, em ligeiras pinceladas, um “retrato” do jornalista, do contista, do poeta, do sociólogo e do heraldista Serafim Leite.

Serafim Leite amava o Brasil e declarava-se “brasileiro já por tantos laços de coração e de inteligência” e dizia: “Persuado-me de que, sem a Amazônia, não me teriam prendido tanto nem o Brasil, nem a sua história...” (18). E o Brasil, por intermédio de suas entidades culturais mais representativas e pelo próprio Governo, testemunhou a sua admiração e reconhecimento por esse probo e infatigável historiador, que tanto enobreceu a História da nossa Pátria.

Agremiações de cultura incluíram-no em seus quadros sociais:

a) em 6–VIII–1 934, é apresentada no “Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” uma proposta, subscrita, entre outros, pelo Presidente Dr. José Torres de Oliveira e pelo secretário Nicolau Duarte Silva, para que fosse concedido ao “notável escritor e brilhante conferencista, autor de numerosas obras de investigação histórica e bibliográfica, de Moral e de Sociologia...”, o título de “sócio honorário”. Tal proposta foi aprovada, por unanimidade, logo na sessão de 20 desse mesmo mês e ano (19);

b) o “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” nomeou-o “membro correspondente”, em 31–V–1 939 (20). E na sessão magna de 21–X–1 949, comemorativa do III aniversário de fundação, o ministro Adroaldo Mesquita da Costa, membro efectivo do sodalício, propôs que se fizesse constar da ata um voto de louvor ao Pe. Serafim Leite, “o qual, incumbido pela Ordem de escrever a História da Companhia de Jesus, na parte referente ao Brasil, foi o primeiro a concluir seu trabalho, que consta de nove volumes, entre todos os encarregados do mesmo mister, em outras partes do mundo” (21). “O Dr. José Pedro Leite Cordeiro propôs, a seguir, que essa homenagem do Instituto ao ilustre sacerdote e intelectual se traduzisse também numa medalha comemorativa” (22), sugestão que foi bem acolhida, tendo sido providenciada a sua cunhagem, confiada ao exímio artista G. Girardet, contendo, de um lado, a efígie de Serafim Leite, com estes dizeres: “Padre Serafim Leite – da Companhia de Jesus” -- e, do outro lado, uma cena representando o Pe. Manuel da

Nóbrega, fazendo uma alocução aos índios, com esta inscrição: “Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quando apareceram os últimos volumes da História da Companhia de Jesus no Brasil – Rio de Janeiro, 1 949” (23);

c) em 11–VIII–1 940 é eleito “sócio-correspondente” da “Academia Brasileira de Letras” (“cadeira” nº 1, tendo como “patrono” Alexandre de Gusmão), na vaga de Alberto d’Oliveira (notável poeta e escritor, cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro), falecido em Lisboa aos 23 de abril desse ano; Serafim Leite tomava parte em muitas reuniões, sempre que se encontrava na Capital (24);

d) a 13 de dezembro de 1 949, a Universidade Católica do Rio de Janeiro distinguiu-o com as insígnias de doutor “scientiae et honoris causa” (25).

O Governo Brasileiro também decidiu homenageá-lo, concedendo-lhe, em 19–IX–1 939, a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul, no grau de Comendador (26).

Serafim Leite sempre esteve muito ligado ao Brasil, esta “sua terra daquém Atlântico” e de quando em vez aqui aportava, quer para longos períodos de permanência, sempre estudando e revelando episódios inéditos da nossa História, criando novos admiradores, quer para tomar parte em congressos, lembrando-me dos seguintes:

a) de 21 a 28 de abril de 1 948, integrou a Delegação Portuguesa ao “IV Congresso de História Nacional”, comemorativo do 4º Centenário da Fundação da Cidade do Salvador;

b) no ano seguinte, participou do “Congresso Nacional de História”, dedicado ao IV Centenário da Instituição do Governo Geral no Brasil. Nessa ocasião, fui apresentado a “Mestre” Serafim Leite, graças a Antônio Pedro Martins Rodrigues, então diretor-gerente de “Livros de Portugal” e uma das mais expressivas figuras da intelectualidade lusitana do Rio de Janeiro;

c) em 1 954, participou do “II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros”, integrado nas comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo.

Desde 1 949, se me não falha a memória, que passei a manter relações de amizade com Serafim Leite. A ele recorri, algumas vezes, solicitando informações para dirimir dúvidas, destinadas a trabalhos por mim elaborados:

a) em 1965, apresentei à “I Assembléia da Associação Médica da Língua Portuguesa” (Rio, 29—VIII a 4—IX), “Profissionais da Medicina no Brasil Quinhentista”. Entre esses “profissionais” havia vários Jesuítas, cujas biografias Serafim Leite me ajudou a escrever;

b) também para redigir “Cantanhedenses na Companhia de Jesus”, Serafim Leite muito me auxiliou.

Atendia fidalga e carinhosamente a todos que a ele recorriam. O nosso confrade Pe. Viotti poderá corroborar esta minha declaração. Sempre que eu ia a Portugal, ou quando Serafim Leite se deslocava a São Paulo, procurava-o, para em conversa amena e agradável, ouvir-lhe a voz de “Mestre”, com “novidades” para transmitir aos seus ouvintes. Interessava-se muito pelo movimento cultural brasileiro, solicitando notícias de alguns dos muitos amigos e admiradores que tinha. E dava conhecimento dos novos trabalhos que estava elaborando e das pesquisas a que vinha procedendo. Recebia com a maior afabilidade e comprazia-se em ser útil a alguém.

Senti, pois, profundamente, a sua morte, pois tinha admiração pela sua extraordinária cultura e pela sua boníssima pessoa.

A notícia do seu falecimento repercutiu intensamente no Brasil, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde era maior o número de seus admiradores.

a) o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sessão plenária de 10 de janeiro de 1970, reverenciou a memória do “Mestre”, por intermédio de Alberto Prado Guimarães e do Pe. Hélio Abranches Viotti. O primeiro considerou Serafim Leite como “um dos maiores historiadores de todos os tempos, tanto no Brasil como em Portugal” e o nosso confrade Pe. Viotti proferiu um “elogio saudososobre esse notável homem no campo da História do Brasil... grande literato e historiador português, mas que amava o Brasil como a sua segunda Pátria” (27), oração que por certo serviu de base à elaboração do seu consciencioso “trabalho crítico” “Pe. Serafim Leite, S. J. — 1890 — 1969”, publicado no tomo XXVII, fasc. 1 — 2, de março-junho de 1970, da “Revista Verbum” (da Universidade Católica do Rio de Janeiro), que teve a gentileza de ceder-me, por empréstimo, para a indispensável consulta, dado que vem arrolado no verbete Serafim Leite da “Enciclopédia Verbo” (vol. 11). E na sessão de 17

de outubro de 1970, em que o nosso “Instituto” reverenciou os sócios falecidos nesse ano, o orador oficial, o Prof. Alfredo Gomes (nosso saudoso companheiro, há pouco desaparecido, para sempre, do nosso convívio), ao referir-se ao ilustre extinto, disse: “Desempenhou-se o eminente sacerdote de incumbências que imortalizaram seu nome como a “História da Companhia de Jesus no Brasil”, a publicação das “Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil” que integram a “Monumenta Historica Societatis Iesu” e abrem a série brasileira sob o título específico de “Monumenta Brasiliae”, além de incontáveis estudos menores pertinentes aos primórdios de nossa Terra e nossa Gente, particularmente relacionados com as atividades dos jesuítas, com a fundação da cidade paulopolitana e com o Padre Manuel da Nóbrega, erguendo, sem dúvida, à memória deste o mais belo e autorizado monumento de admiração e gratidão. Assim, o Sodalício, na véspera da data centenária da morte de Nóbrega, volta sua saudade e seu agradecimento ao Padre Serafim Leite, honrando-lhe a memória com acentuado fervor e não menor reconhecimento” (28);

b) a Academia Brasileira de Letras, em sua sessão de 8 de janeiro de 1970, exarou um voto de pesar pelo seu passamento e o Prof. Pedro Calmon proferiu estas palavras: “O Pe. Serafim Leite é um dos nossos, com a circunstâncias de terem ele e João Luso merecido a expressão de Sócios Correspondentes, e recebiam **jeton** em igualdade de condições com os sócios da Casa, por uma razão muito simples... O Pe. Serafim Leite, por um favor que lhe fez o Plenário, por proposta de Afrânio Peixoto, salvo engano, considerando que esse **jeton** permitia sua volta ao Rio, necessária à conclusão de um livro, cujo lançamento devemos a Elmano Cardim que abriu as páginas do “Jornal do Comércio” para que Afrânio escrevesse a recomendação do 1º volume da “História da Companhia de Jesus no Brasil”, obra que marca na história cultural brasileira uma espécie de divisor de águas, ou duas épocas: antes e depois de Serafim Leite” (29). E poucos dias depois, na sessão de 15 de janeiro, o acadêmico José Honório Rodrigues, espontaneamente, proferiu elegante oração, da qual destaco: “Em 1936, com a publicação do primeiro tomo da “História da Companhia de Jesus no Brasil”, iniciava-se a construção de uma pirâmide de erudição acumulada, que só terminaria em 1950, com a saída do décimo volume, já então editado pelo Instituto Nacional do Livro, dirigido por Augusto Meyer...” (30).

O acadêmico Pedro Calmon não se conteve, apesar do extenso elogio feito por José Honório Rodrigues, e proclamou: “O Padre Serafim Leite, como falou José Honório Rodrigues, é uma grande figura da historiografia brasileira...” (31).

Apesar de falecido em fins de 1969, o Brasil continuava a reverenciá-lo. E uma prova dessa admiração partiu da Academia Paulista de História, fundada em 18 de dezembro de 1972 e instalada, solenemente, em 2 de fevereiro do ano seguinte. Os seus principais idealizadores, dentre os quais é justo destacar-se o nome de Tito Lívio Ferreira, ao elaborarem a lista dos “patronos” do sodalício, incluíram o nome de Serafim Leite e indicaram-me para ocupar a “cadeira” nº XV, a ele consagrada. Parece... que adivinharam a minha admiração por “Mestre” Serafim Leite. Nem os Estatutos, assim como o Regimento Interno da novel entidade obrigam o “sócio fundador” a fazer o “elogio histórico” do seu “patrono”; no entanto, com o rolar dos dias, ficou convenicionado que o “sócio-fundador” deveria apresentar “ligeira apreciação biobibliográfica” do vulto que dá nome à sua “cadeira”. Alguns dos nossos Confrades já se desincumbiram dessa tarefa, com o maior destaque. Embora assíduo freqüentador das nossas reuniões-mensais, nestes três últimos anos, ainda não tinha dado cumprimento a esse dever. Indicado pelo Presidente Lycurgo de Castro Santos Filho para pronunciar o “elogio histórico” de Serafim Leite, numa das primeiras reuniões do corrente ano, solicitei um adiamento, dado que eu pretendia empreender uma viagem a Portugal, em maio, sendo minha intenção aproveitar a permanência no país-irmão para obter dados biobibliográficos exatos e recentes sobre o meu “patrono”. Recorri a Alberto Iria, esse grande e serviçal amigo de todos os historiadores brasileiros, que dirigiu, com invulgar brilhantismo, o “Arquivo Histórico Ultramarino”. Levou-me a uma das sessões da “Academia Portuguesa de História” e ali me apresentou ao atual ocupante da “cadeira” nº 30, que pertenceu a Serafim Leite, o historiador e pedagogo Víctor Manuel Braga Paixão, que me ofertou uma cópia do trabalho, ainda não publicado, que ele apresentara há pouco tempo naquele cenáculo cultural.

Apoiado a Braga Paixão, Domingos Maurício, Hélio Viotti e a outros autores de pequenos trabalhos, as informações prestadas pelo atual Presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira, Sr. Benjamim Valente, e

também a uma “autobiografia” escrita em fevereiro de 1939 (que suponho pouco divulgada), elaborei este modesto “elogio histórico”, eliminando certas incorreções de cunho biográfico que vinham campeando nas diversas biografias do “Mestre”. Reconheço que Serafim Leite merecia mais e melhor. A quantidade foi prejudicada pela imposição da nossa Diretoria, que exige um “elogio” breve, não ultrapassando os 15 minutos, para não fatigar os ouvintes... A qualidade foi alicerçada nos modestos conhecimentos de um “curioso” da História, mas que ama a verdade e que aprendeu com Nunes Dias a ter a maior consideração pelo documento.

Apesar da pequena extensão e da singeleza da narração, creio ter apresentado um conjunto de informações que dá uma idéia real das principais fases da vida de Serafim Leite e da vasta e meritória obra desse “Mestre incontesteável da erudição missionária brasileira (segundo abalizada opinião do crítico e literato português Victorino Nemésio), quer como autor da monumental História da Companhia de Jesus no Brasil, quer como editor crítico das “Novas Cartas Jesuíticas” e de outras espécies inéditas ou de lição restituída, bem como de acuradíssimas monografias especiais.”

*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — Pe. Hélio Abranches Viotti — Padre Serafim Leite S. J. (1890 —1969), pág. 132.
- 2 — Pe. Hélio Abranches Viotti — Loc. cit., pág. 110.
- 3 — Pe. Hélio Abranches Viotti — Ibidem, pág. 134.
- 4 — Serafim Leite — Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega, págs. 181 —182.
- 5 — Rev. Inst. Hist. Geog. São Paulo, vol. 38, pág. 232.
- 6 — Rev. do Arquivo Municipal, Ano II, fev. 1936, vol. XX, pág. 207. Este trabalho premiado de Serafim Leite foi publicado na Rev. Arq. Mun., ano II, março 1936, págs. 3 a 50.

- 7 – Serafim Leite – Páginas de História do Brasil, (Índice).
- 8 – Rev. Inst. Hist. Geog. São Paulo, vol. 49, 1 952, pág. 370.
- 9 – Serafim Leite – A minha vocação, in Rev. Acad. Bras. de Letras – Anais de 1 940 – julho a dezembro, pág. 396.
- 10 – Serafim Leite – Loc. cit., pág. 387.
- 11 – Serafim Leite – Ibidem, pág. 390.
- 12 – Manuel Luís Leite Júnior – Hino de S. João da Madeira (março de 1 960).
- 13 – Hino de S. João da Madeira (edição de Manuel Luís Leite Júnior).
- 14 – Hino de S. João da Madeira.
- 15 – Serafim Leite – Loc. cit., pág. 395.
- 16 – Afrânio Peixoto – in Pe. Hélio Abranches Viotti, Loc. cit., pág. 104.
- 17 – Manuel Luís Leite Júnior – Brasão de S. João da Madeira (março de 1 960).
- 18 – Carta a Manuel Rodrigues Ferreira, in “A Gazeta” (São Paulo, 13 – IX – 1 961).
- 19 – “Livros de admissão de sócios”.
- 20 – Rev. Inst. Hist. Geog. Bras., vol. 205, 1 949, pág. 507.
- 21 – Rev. Inst. Hist. Geog. Bras., vol. 205, out – dez. 1 949, pág. 480.
- 22 – Loc. cit., pág. 480.
- 23 – Inscrição copiada de uma medalha pertencente ao Dr. José Pedro Leite Cordeiro.
- 24 – Anuário da Acad. Bras. de Letras, 1 942, pág. 177.
- 25 – in Pe. Hélio Abranches Viotti, Loc. cit., pág. 127.
- 26 – Informação prestada pelo Conselho Nacional da Ordem do Cruzeiro do Sul, em telefonema de 23 – X – 78, em resposta à minha carta-consulta de 29 – IX – 78.
- 27 – Rev. Inst. Hist. Geog. São Paulo, vol. LXIX, 1 971, pág. 419.
- 28 – Ibidem, pág. 238.
- 29 – Rev. Acad. Bras. de Letras – Ano 70, vol. 119 – Anais de 1 970, janeiro a junho, pág. 59.
- 30 – Ibidem, págs. 60 – 61.
- 31 – Pedro Calmon – in Ibidem, pág. 63.
- 32 – Vitorino Nemésio – O campo de São Paulo, pág. XIII.

CALÓGERAS ATUALÍSSIMO

Celso Maria de Mello Pupo

Mesmo que eu fosse agora inspirado para uma elegia ou uma glória, quando a imensa figura do meu patrono me ofusca o entendimento e me inibe o verbo já de si apoucado, a minha oração seria o silêncio e o êxtase de admiração pela grandeza moral e intelectual de João Pandiá Calógeras. Sua obra é vasta e erudita; sua vida pública um modelo de dignidade e dedicação. Multiforme no saber, desde a juventude revelou uma elevada vivacidade intelectual para, aos vinte anos de idade, formar-se com distinção na Escola de Minas de Ouro Preto.

Deputado federal aos vinte e sete anos, salientaram seus biógrafos ter ele exercido cargos e missões que bem significam sua elevada capacidade: diretor de mineração de manganês em Santa Catarina, delegado à Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, delegado à Conferência Pan-Americana de Buenos Aires, Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda, presidente da delegação brasileira à Conferência Financeira Pan-Americana de Buenos Aires, delegado do Brasil e, depois, presidente da delegação brasileira à Conferência da Paz em Versalhes, Ministro da Guerra na presidência Epitácio Pessoa, presidente da Companhia Nacional de Artefactos de Cobre, relator do estudo de reforma tributária de Minas Gerais, presidente da Liga Eleitoral Católica, presidente do Conselho do Mackenzie College, financista, conferencista e escritor, foi parlamentar, economista, mineralogista, diplomata, sociólogo, historiador, geólogo e estadista.

Autor de uma obra multiplicada em objeto e de sábia profundidade, Calógeras, o homem de coração, o homem de caráter, o homem de invulgar cultura capaz de exceder nos seus ensinamentos, de grego-cismático que era, passou a uma sincera e fundamentada convicção católica. Seu humanismo se revelou em toda a sua obra, extensa e vária, relembra pelo mestre e nosso confrade Odilon Nogueira de Matos, registrando “os títulos que mais interessam aos estudos históricos”:

“As Minas do Brasil e sua legislação”, 1 904 – 5.

“La Politique monétaire au Brésil”, 1 910.

“Os jesuítas e o ensino”, 1 911.

- “Vida de Mariano Procópio”, 1 912.
“O Brasil e seu desenvolvimento econômico”, 1 912.
“Rio Branco e a política exterior”, 1 913.
“O poder pessoal e o lápis fatídico”, 1 925.
“O Brasil de 1 840”, 1 925.
“Aspectos da economia nacional”, 1 926.
“O Brasil e a Sociedade das Nações”, 1 926.
“A ordem de São Bento e a civilização”, 1 927.
“A política exterior do Império”, 1 927 – 8.
“O tratado provincial de 1 828”, 1 928.
“Problemas de governo”, 1 928.

“Formação histórica do Brasil”, 1 930. (Esta obra, que alcançou várias edições e representa uma das melhores sínteses da história do Brasil, resultou de um curso ministrado por Pandiá Calógeras a professores e estudantes norte-americanos em visita ao Brasil, em 1 929; e foi publicada originalmente em inglês sob o título **History of Brazil**).

- “Feijó e a crise religiosa”, 1 931.
“Conceito cristão do trabalho”, 1 931.
“Educação política de D. Pedro II”, 1 932.
“Feijó Regente”, 1 932.
“O Marquês de Barbacena”, 1 932.
“Da Regência à queda de Rosas”, 1 933.
“Geologia econômica do Brasil”, 1 938.

Para não deixar de apreciar, embora ligeiramente – na exigüidade da minha capacidade e do meu tempo – mesmo uma de suas obras, abramos o seu “Conceito Cristão do Trabalho”, em suas primeiras palavras apostas a guisa de prefácio:

“Na hora presente do mundo, não é mais lícito desconhecer quanto pesa no desenvolvimento das nações o conceito nelas vigente sobre o trabalho, a natureza dele, ou, o que equivale ao trabalho, a natureza de seu agente produtor, o problema do Homem”.

Em vinte e quatro subtítulos, aborda Calógeras desde o “Engenho Humano”, para situar o egoísmo do seu tempo, hoje maior e mais difun-

dido, em oposição ao “amai-vos uns aos outros” da doutrina de Cristo. Cita exemplos, na sua época em ascendência nos países de regime extremista, e ameaçadores à humanidade como doutrina social que surgiu triunfando com as habituais adesões da massa sofredora e carente de justiça, adesões que se reduzem com o passar do tempo e com as revelações da fragilidade doutrinária das diretrizes sem Deus.

Surge-lhe, então, a oportunidade de comparar o espiritualismo e o materialismo, a dignidade e a escravização do homem, com a demonstração da verdadeira diretriz social cristã, humana, justa, pacífica, salvadora, alertando para o que sentenciou Leão XIII: “há uma lei de justiça natural mais alta e mais antiga, a saber: que o salário não deve ser insuficiente para a subsistência do obreiro sóbrio e honrado”.

Discorrendo, a seguir, sobre contrato de trabalho, direito de oposição, associações, greves, ação oficial e seus limites, estende-se sobre o salário que é “o benefício que o homem adquire pelo seu trabalho”. Classifica as formas deste benefício, seus resultados e conseqüências, sua natureza e modalidades, para concluir que “o salário justo é o que remunera eqüitativamente o trabalhador, concedendo-lhe parte dos benefícios trazidos pela venda do produto”, e que “esse problema confunde-se com o social, de que constitui a parte principal. O número e as condições dos interessados tornam a questão da mais alta importância”. E da maior atualidade, pode-se dizer, atentando para o caminhar da vida brasileira, quando o desequilíbrio, as diferenças sociais, longe de se encaminharem para soluções justas, são vistas num agravamento de problemas, quando se interligam com outras que surgem paralelas e em conseqüência.

Ao tratar do justo salário, como já se fundara anteriormente, mais proclama a grandeza da “Rerum Novarum”, do Pontífice Leão XIII, aquele documento que, há oitenta e sete anos, alertava já em seu primeiro item:

“A sede de inovações, que já muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, e novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e patrões, a afluência da riqueza nas mãos de um pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião, enfim mais

avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um terrível conflito”.

E Calógeras argumenta sobre a doutrina social da Igreja, sobre sua prática, acompanhando outro cristão, não católico, mas cristão de espírito justiceiro capaz de reconhecer o direito do trabalho, e de vislumbrar o sólido interesse de uma ordem social, com a qual, este mesmo cristão, beneficiou seu país, fazendo-o a mais forte nação econômica do mundo e a mais pacífica aglomeração humana do orbe.

Falamos dos Estados Unidos da América do Norte, onde um Henry Ford, espírito atilado e realizador quis, como ele mesmo disse, construir o carro das multidões. Porém, mesmo para adquirir o carro das multidões, faltava ao povo a capacidade aquisitiva. E foi quando Henry Ford pôs em prática as suas sábias conclusões, elevando os salários de seus servidores, obrigando os concorrentes à mesma política, transformando um povo de fraca capacidade aquisitiva, em poderoso consumidor, e provando que não há país rico com povo pobre. Orientado ou não pela “Rerum Novarum”, Ford a executou e viu sua pátria colher os frutos de uma boa justiça social, nos postulados que ele mesmo formulou posteriormente, em seu “Minha Vida e Minha Obra” para mostrar o que cabe ao empresário.

Calógeras, em nossa pátria, foi uma das poucas vozes isoladas da área política, para o meio hostil que não vislumbrou o caminho certo de uma democracia de justiça. Mas Calógeras foi o homem de fé, o homem que assenta sua doutrina, sua vida, sua diretriz social ou política, na convicção cristã que ele mantinha viva e atuante. E, convenhamos, Calógeras é atualíssimo.

Nasceu João Pandiá Calógeras no Rio de Janeiro, a 19 de junho de 1870; foi sua esposa Dona Elisa Guimarães, filha do desembargador Joaquim Caetano da Silva Guimarães. Elogiando-o, disse Humberto de Sousa Melo:

“Homem íntegro, devotado à causa pública e ao trabalho, viveu com o suficiente; e até com dificuldades porque, pela desambição material e pelo idealismo de servir ao país como um místico do patriotismo, jamais cuidou de amealhar outro tesouro que não fosse o da cultura e da erudição; brasileiro integral”, “cuja vida pública, na

afirmação de Gontijo de Carvalho, é uma lição perene de civismo, e cuja vida privada, sem mácula, pura como a de um santo, é o orgulho da espécie humana”.

*

PADRE RAFAEL MARIA GALANTI S. J.

Pe. Hélio Abranches Viotti S. J.

Não cheguei a conhecer pessoalmente o historiador Pe. Rafael Maria Galanti. Quando entrei em 1 918, como aluno, no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, ainda ali se falava nele. Falecera seis meses antes, aos setenta e seis anos de idade, a 2 de agosto de 1 917.

Ao sairmos do colégio a passeio, pela cidade e seus arredores, contornávamos o lanço do majestoso Teatro, junto ao qual, em depósito de materiais deteriorados, apontavam-me colegas mais antigos a cadeira de rodas, em que o historiador passara seus últimos quatro anos de vida.

Filho de Vicente Galanti e de Olímpia Pomponi, nascera Rafael Maria a 15 de novembro de 1 840, em Cepparano na Província de Áscoli Piceno, vertentes orientais da cadeia dos Apeninos, em região da Itália central conhecida como “As Marcas”, pertencente aos Estados Pontifícios.

Pelas fotografias que dele restam, aparece-nos como sólido tipo romano, rosto quadrado, ombros largos, estatura mediana, olhar límpido e algo imperioso. Dizem os que o conheceram na intimidade que seu trabalho era particularmente franco e ameno. Nas aulas — no ano de 1 913 completava ele seu quadragésimo segundo ano de magistério ! — era exigente e impunha muito respeito.

Aos 19 anos de idade foi recebido na Companhia de Jesus. O noviciado da Província romana estava localizado em 1 860 em Avinhão, mas já no ano seguinte se transferia para Roma. De 1 862 a 1 865 cursou a Filosofia no Colégio Romano, atualmente Pontifícia Universidade Gregoriana.

Acabava a Província Romana de abrir sua missão religiosa no Brasil. Seu primeiro colégio no país, anterior aos de Itu e Recife, foi o do

afirmação de Gontijo de Carvalho, é uma lição perene de civismo, e cuja vida privada, sem mácula, pura como a de um santo, é o orgulho da espécie humana”.

*

PADRE RAFAEL MARIA GALANTI S. J.

Pe. Hélio Abranches Viotti S. J.

Não cheguei a conhecer pessoalmente o historiador Pe. Rafael Maria Galanti. Quando entrei em 1918, como aluno, no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, ainda ali se falava nele. Falecera seis meses antes, aos setenta e seis anos de idade, a 2 de agosto de 1917.

Ao sairmos do colégio a passeio, pela cidade e seus arredores, contornávamos o lanço do majestoso Teatro, junto ao qual, em depósito de materiais deteriorados, apontavam-me colegas mais antigos a cadeira de rodas, em que o historiador passara seus últimos quatro anos de vida.

Filho de Vicente Galanti e de Olímpia Pomponi, nascera Rafael Maria a 15 de novembro de 1840, em Cepparano na Província de Áscoli Piceno, vertentes orientais da cadeia dos Apeninos, em região da Itália central conhecida como “As Marcas”, pertencente aos Estados Pontifícios.

Pelas fotografias que dele restam, aparece-nos como sólido tipo romano, rosto quadrado, ombros largos, estatura mediana, olhar límpido e algo imperioso. Dizem os que o conheceram na intimidade que seu trabalho era particularmente franco e ameno. Nas aulas – no ano de 1913 completava ele seu quadragésimo segundo ano de magistério ! – era exigente e impunha muito respeito.

Aos 19 anos de idade foi recebido na Companhia de Jesus. O noviciado da Província romana estava localizado em 1860 em Avinhão, mas já no ano seguinte se transferia para Roma. De 1862 a 1865 cursou a Filosofia no Colégio Romano, atualmente Pontifícia Universidade Gregoriana.

Acabava a Província Romana de abrir sua missão religiosa no Brasil. Seu primeiro colégio no país, anterior aos de Itu e Recife, foi o do

Santíssimo Salvador, no Desterro, como então se denominava a capital de Santa Catarina. De 1 867 a 1 869, aí ensinou o jovem Rafael Galanti a Gramática (i.e. o Latim), a História, a Geografia e a Aritmética.

Havendo regressado a Roma para concluir seus estudos eclesiásticos, teve de interromper abruptamente ali sua Teologia, mudando-se, com muitos de seus colegas para a Inglaterra. A 20 de setembro de 1 870, entravam as tropas piemontesas na Cidade Eterna. Suspendeu-se o Concílio Vaticano I e os jesuítas se viram na contingência de abandonar a capital do Mundo Cristão.

Na Inglaterra (Roehampton, depois S. Asaph, na Nova Gales), passou ele quatro anos, ordenando-se sacerdote em 1 872. Daí se transferiu para a Bélgica, onde terminou sua formação jesuítica em Tronchiennes. Em 1 874, a 22 de novembro, encontrava-se de volta ao Brasil, no Colégio São Luís. Em Itu, além da direção de uma divisão de internos, ensinou até 1 878 o Inglês e a História, Universal e do Brasil.

Com dois outros jesuítas, foi então, a pedido de D. Macedo Costa, prestar serviços na vastíssima Diocese de Belém do Pará. No Seminário Episcopal ensinou Filosofia, Física e História Eclesiástica. Missionário, acompanhou visitas pastorais do grande prelado através da Amazônia. Na **História do Brasil** faz referência ao Rio Madeira e aos índios Muras, que conheceu **de visu**.

Percorreu, nessa e noutras viagens, várias outras províncias do Império, particularmente a Bahia, o Ceará e Pernambuco, onde visitou o cenário da Guerra Holandesa, como deixa entender em sua **História**. Por toda parte adquiriu preciosas amizades, obtendo informações sobre os fatos do passado. De volta a Itu em 1 882, aí permaneceu dezessete anos seguidos.

Além da assistência religiosa, que sempre dispensou à comunidade, alunos e empregados, lecionou a Língua Inglesa, de que publicou mais tarde boa **Gramática**, quatro vezes reeditada, e também a História. De 1 894 em diante, expressamente, a História do Brasil. Desde o ano anterior ocupou ainda o ofício de conselheiro do superior da Missão Romana.

Em 1 896, saía à luz o 1º volume de seu **Compêndio de História do Brasil**. A esse primeiro seguiram-se mais quatro, até 1 910. Para obra de tal vulto, francamente, não se ajusta muito bem o título de “compêndio” ! Prefiro dizer simplesmente **História**. Seguiu-se, entre 1 911 e 1 913, uma segunda edição, impressa, como a primeira em São Paulo, na Tipografia Duprat.

Para a elaboração dos primeiros quatro volumes, recorreu principalmente a fontes impressas, notadamente à coleção da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Jamais perdeu de vista a obra de Varnhagen, cuja inamistosa parcialidade em relação aos jesuítas rebateu sobretudo com a imparcialidade do protestante Southey.

Para o quinto volume, a **História da República** até 1910, valeu-se em boa parte do noticiário da imprensa diária e documentação oficial. Em Poços de Caldas, em casa de um grande amigo, o célebre Dr. Sanches, pode folhear exaustivamente a coleção do **Jornal do Comércio**. Tratava-se de obra pioneira !

Devo mencionar ainda seu **Compêndio de História Universal**, que mereceu cinco reedições, suas **Biografias de Brasileiros Ilustres** de não pequena utilidade para consulta, suas **Lições de História do Brasil**, de que se imprimiram cinco edições, estas sim verdadeiro “compêndio”. E, finalmente, sua **Pequena História do Brasil**, prodígio de condensação, “edição de bolso”... e “tábua de salvação” para gerações de estudantes, nas vésperas de exame !

Pela minuciosa divisão dos assuntos e numerosos índices, constituíram tais livros inovação para a época e ainda hoje se apresentam de grande utilidade para colação da matéria. Sobre eles, contudo, pouco se externou a modéstia do autor.

Em palavras “ao Leitor”, no 2º volume da **História do Brasil**, agradecendo a benevolência da acolhida dispensada ao primeiro, proclama com sinceridade o grande esforço empregado para, removidos enormes obstáculos, “procurar em tudo a verdade histórica”. Nossa história — proclama ainda — nos dispensaria, aos brasileiros, de apelar para exemplos do heroísmo e de inventividade intelectual de outros povos !

No elogio fúnebre que, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que fazia parte desde 22 de novembro de 1896, lhe traçou, na sessão magna de 21 de outubro de 1917, o orador oficial, Ramiz Galvão, lemos estes conceitos: “Italiano de origem, foi um brasileiro de coração”; “as viagens que fizera pelo nosso vastíssimo território, a longa permanência... nosso meio social, acenderam-lhe o amor pelo Brasil; deste sentimento nasceram os excelentes livros” do historiador.

E acrescenta, a propósito do valor intrínseco do texto galantino: “Em todos esses livros, brilha, a par de crítica muito sã, um metucioso cuidado na consulta das melhores fontes”. Os senões, que uma revisão acurada

poderia encontrar — digo eu — na sua obra, se devem a erros de suas fontes de consulta em geral...

Pertenceu Rafael Maria Galanti, como sócio correspondente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco, ao Instituto Histórico de Santa Catarina e ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Como sócio honorário, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Academia de Letras Pernambucana e ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

Como bom jesuíta, dedicou sempre ardente afeto à sua Ordem Religiosa, à Igreja Católica acima de tudo e, não menos, à sua segunda pátria, o Brasil. “Não deixaremos” — escrevia ele a 31 de julho de 1902, festa de Santo Inácio de Loiola, no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, sua morada nos dezoito últimos anos de vida — “não deixaremos de fazer quanto estiver em nossas mãos para enaltecer a glória da Terra de Santa Cruz” !

*

RIO BRANCO, DAS MISSÕES AO CONCLAVE

Hélio Damante

Falar do Barão do Rio Branco num seletor colégio de historiadores seria certamente redundante, não existissem algumas brechas nos compêndios e biografias.

Rio Branco não só escreveu História, como **fez** História. Sua obra erudita, das biografias de soldados do Império às monumentais **Memórias** sobre as Missões (em inglês) e sobre o Oiapoque (em francês), e as **Efemérides Brasileiras**, revela apenas o dedo do gigante, passando pela Geografia e a Cartografia.

Seria um historiador da estirpe de Varnhagen e de Capistrano, se a Pátria — **Ubique Patriae Memor** (em qualquer lugar lembrar a Pátria) — não o requisitasse para de seu gênio diplomático decidir todas as questões de fronteiras e obter a configuração territorial definitiva.

Corrigiu, pela arbitragem, o catastrófico erro de Quintino Bocayuva, no seu açodamento republicano, sobre a legítima posse brasileira do território das Missões, que lá se ia de mão beijada para a Argentina, em nome da solidariedade das nossas — ainda hoje — semi-repúblicas !

poderia encontrar — digo eu — na sua obra, se devem a erros de suas fontes de consulta em geral...

Pertenceu Rafael Maria Galanti, como sócio correspondente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco, ao Instituto Histórico de Santa Catarina e ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Como sócio honorário, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Academia de Letras Pernambucana e ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

Como bom jesuíta, dedicou sempre ardente afeto à sua Ordem Religiosa, à Igreja Católica acima de tudo e, não menos, à sua segunda pátria, o Brasil. “Não deixaremos” — escrevia ele a 31 de julho de 1902, festa de Santo Inácio de Loiola, no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, sua morada nos dezoito últimos anos de vida — “não deixaremos de fazer quanto estiver em nossas mãos para enaltecer a glória da Terra de Santa Cruz” !

*

RIO BRANCO, DAS MISSÕES AO CONCLAVE

Hélio Damante

Falar do Barão do Rio Branco num seletto colégio de historiadores seria certamente redundante, não existissem algumas brechas nos compêndios e biografias.

Rio Branco não só escreveu História, como **fez** História. Sua obra erudita, das biografias de soldados do Império às monumentais **Memórias** sobre as Missões (em inglês) e sobre o Oiapoque (em francês), e as **Efemérides Brasileiras**, revela apenas o dedo do gigante, passando pela Geografia e a Cartografia.

Seria um historiador da estirpe de Varnhagen e de Capistrano, se a Pátria — **Ubique Patriae Memor** (em qualquer lugar lembrar a Pátria) — não o requisitasse para de seu gênio diplomático decidir todas as questões de fronteiras e obter a configuração territorial definitiva.

Corrigiu, pela arbitragem, o catastrófico erro de Quintino Bocayuva, no seu aqodamento republicano, sobre a legítima posse brasileira do território das Missões, que lá se ia de mão beijada para a Argentina, em nome da solidariedade das nossas — ainda hoje — semi-repúblicas !

Em Berna, ainda pela arbitragem, obtém a vitória do Amapá. Feito chanceler, pelo Tratado de Petrópolis, incorpora legitimamente o Acre, afastando do coração da Amazônia o fantasma multinacional do **Bolivian Syndicate**, enquanto liquida a delicada questão de limites com o Peru e protege a exaurida Bolívia desse seu poderoso vizinho de vocação imperial.

Nesse afã mobiliza Euclides da Cunha, como engenheiro demarcador de limites, e como o historiador de **Peru versus Bolívia**. Causa involuntária, o Barão — ou terá sido o Brasil ? — pela demora da missão em território longínquo e inóspito, da tragédia familiar que se abateu sobre o escritor. Mas esse descobridor de talentos sabia onde buscá-los, ainda que fosse na poeira dos arquivos e nos desvãos das bibliotecas. É assim que, na questão do Amapá, redescobriu a obra de Joaquim Caetano da Silva, **O Oiapoque e o Amazonas**, a quem atribui com justa causa o valor de um exército de cem mil homens “estendidos na fronteira” setentrional, em defesa dos nossos direitos.

A sua linhagem diplomática liga-se não só ao Visconde seu pai, emérito estadista na política do Rio da Prata, mas a Alexandre de Gusmão, o santista consolidador das conquistas bandeirantes e, em ambos, temos a paternidade de nossa Geopolítica, com licença do general Golbery.

Não obstante o temperamento germânico que se lhe atribui, José Joaquim da Silva Paranhos Júnior (1 845 — 1 912), o Juca Paranhos da Academia de São Paulo, passou à História como o Chanceler da Paz. O Barão não construiu nestas plagas nenhuma espécie de **Pax Romana**, mas a Paz Americana, que o tempo faria maturar, tornando ociosos os nacionalismos exacerbados pelo caudilhismo, ainda que de casaca diplomática.

Mais do que a Conferência Pan-Americana de 1 906, no Rio de Janeiro, e para abrigá-la fez construir o Palácio Monroe (“a América para os americanos”), há poucos anos levado de vencida pela picareta assassina — ou seria o metrô carioca ? — o seu espírito pacificador se fará notório em 1 908, no rumoroso episódio do telegrama cifrado nº 9.

Para desfazer uma intriga perigosamente belicosa do ex-chanceler argentino Estanilau Severo Zeballos, que via no citado despacho dirigido à nossa embaixada em Santiago do Chile, uma ameaça à integridade do seu País, não hesitou Rio Branco em fornecer as chaves do Código brasileiro — o despa-

cho fora fotografado pela chancelaria argentina ao passar pelo telégrafo de Buenos Aires — e derruir a intriga e... Zeballos.

E assim subia ao zênite o Itamaraty, a Casa de Rio Branco, dos seus mapas, relógios e lenços perdidos em meio à papelada, desordenada nas mesas e ordenada, como num computador, em sua privilegiada memória.

Não é por menos que o Itamaraty tem, ainda hoje, ciúmes de Rio Branco. Aprendi-o por experiência própria quando, em 1964, tive a honra de preparar e anotar timidamente, e não era para menos, a terceira edição em vernáculo do seu **Esquisse de l'Historie du Brésil**, setenta anos depois da primeira edição, feita em 1894, na tradução primorosa do professor João Vieira de Almeida e trinta e quatro anos depois da segunda, feita por iniciativa do então chanceler Octavio Mangabeira, em 1930, e que praticamente se perdeu em consequência da Revolução desse ano. Foi iniciativa do governador Carvalho Pinto, em homenagem ao cinquentenário da morte de Rio Branco, promover a edição através do Conselho Estadual de Cultura e que a este seu auxiliar coube concretizar. Mas o Itamaraty não disse nem “muito obrigado”, talvez por causa do tufão revolucionário de 1964...

Um livro que não perdeu a atualidade, apesar de ter a idade da República e da ampliação considerável do campo da historiografia brasileira nos últimos oitenta e tantos anos. E que é a razão de estar eu nesta ilustre Companhia, falando do meu excelso patrono.

Como uma coisa puxa outra, permitam-me, senhor presidente e senhores acadêmicos, lembrar que a Chancelaria Brasileira ao fim do Império e princípios da República, funcionou no depois episcopal Palácio de São Joaquim, na Glória. Com a aquisição do Palácio do Catete para sede do Governo da República, o Palácio do Itamaraty, da Rua Larga, de onde Floriano salvara a dita República, veio a ser a sede da Chancelaria Brasileira e com ela se identificou como coisa viva — ainda hoje em Brasília — graças a Rio Branco.

Ora, como que redimindo os pecados paternos da época da Questão Religiosa — o Visconde do Rio Branco presidiu o Gabinete que a precipitou, para mais tarde ir também a Canossa — o Barão seu filho, investido na Chancelaria por Rodrigues Alves, venceu junto à Santa Sé a batalha do cardinalato e fez de um brasileiro de sangue índio, D. Joaquim Arcoverde, o primeiro cardeal latino-americano. De permeio regularizou definitivamente as relações

diplomáticas do Brasil com o Vaticano, deterioradas ao longo do Império. Elevaram-se ambas as representações diplomáticas ao grau de primeira classe, ou seja, Embaixada e Nunciatura, respectivamente.

Em Roma, ao receber o barrete das mãos de S.S. Pio X, Arcoverde telegrafava a Rio Branco: “Agradecido reconheço em vossa excelência as glórias e alegrias deste dia cardinal”. Hoje, quando seis cardeais brasileiros, todos “papáveis” como o consagra a tradição jurídica da Cúria Romana, participarão nos próximos dias do conclave que elegerá o sucessor do sofrido papa Paulo VI, ainda a sombra do Barão se projetará na História. Mais uma vez assumia Rio Branco o papel de agente do destino que cabe ao estadista.

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Balhana, Altiva Pilatti — Santa Felicidade, uma paróquia vêneta no Brasil. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1 978. 155 págs.

Não há visitante de Curitiba, avulso ou excursionista, que não inclua em seu programa almoço ou jantar num dos inúmeros restaurantes de Santa Felicidade, pequeno distrito dos arredores da capital paranaense. E essa imagem gastronômica, habilmente explorada pelas agências de turismo, é a que o viajante retém da simpática localidade. Não lhe passa pela cabeça que Santa Felicidade possa ser algo mais que um local onde se coma bem. Todavia, é bom saber que essa imagem, hoje, ao que parece, de difusão internacional, constitui apenas um dos aspectos da importante colônia vêneta que comemorou no ano passado o seu centenário. E quem quiser conhecer esse “algo mais” de Santa Felicidade deve ler o excelente estudo que lhe dedicou a Profa. Altiva Pilatti Balhana, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Estudiosa dos temas ligados à colonização estrangeira em seu Estado, sobre os quais publicou numerosos trabalhos, entendeu a autora de contribuir de maneira permanente para a efeméride centenária da colônia vêneta de que se

diplomáticas do Brasil com o Vaticano, deterioradas ao longo do Império. Elevaram-se ambas as representações diplomáticas ao grau de primeira classe, ou seja, Embaixada e Nunciatura, respectivamente.

Em Roma, ao receber o barrete das mãos de S.S. Pio X, Arcoverde telegrafava a Rio Branco: “Agradecido reconheço em vossa excelência as glórias e alegrias deste dia cardinal”. Hoje, quando seis cardeais brasileiros, todos “papáveis” como o consagra a tradição jurídica da Cúria Romana, participarão nos próximos dias do conclave que elegerá o sucessor do sofrido papa Paulo VI, ainda a sombra do Barão se projetará na História. Mais uma vez assumia Rio Branco o papel de agente do destino que cabe ao estadista.

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Balhana, Altiva Pilatti — Santa Felicidade, uma paróquia vêneta no Brasil. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1 978. 155 págs.

Não há visitante de Curitiba, avulso ou excursionista, que não inclua em seu programa almoço ou jantar num dos inúmeros restaurantes de Santa Felicidade, pequeno distrito dos arredores da capital paranaense. E essa imagem gastronômica, habilmente explorada pelas agências de turismo, é a que o viajante retém da simpática localidade. Não lhe passa pela cabeça que Santa Felicidade possa ser algo mais que um local onde se coma bem. Todavia, é bom saber que essa imagem, hoje, ao que parece, de difusão internacional, constitui apenas um dos aspectos da importante colônia vêneta que comemorou no ano passado o seu centenário. E quem quiser conhecer esse “algo mais” de Santa Felicidade deve ler o excelente estudo que lhe dedicou a Profa. Altiva Pilatti Balhana, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Estudiosa dos temas ligados à colonização estrangeira em seu Estado, sobre os quais publicou numerosos trabalhos, entendeu a autora de contribuir de maneira permanente para a efeméride centenária da colônia vêneta de que se

originou Santa Felicidade, trazendo excelente achega para tornar melhor conhecido o processo de formação e desenvolvimento das comunidades ítalo-brasileiras do Brasil meridional. Realizando acurado trabalho de pesquisa — arquivar, bibliográfica e oral — a autora soube reconstituir a vida de Santa Felicidade, realmente com... muita felicidade ! Uma das cousas que nos ensina, logo no capítulo inicial, é que, ao contrário do que geralmente se pensa, a imigração italiana para o Brasil não foi alimentada primordialmente pelas regiões meridionais da Itália. Ao contrário, mostra-nos, com dados estatísticos, que para o Brasil vieram predominantemente imigrantes do Vêneto, numa proporção que atinge quase 50 % do conjunto da imigração italiana. E essa proporção tende a elevar-se quando se trata de contingentes estabelecidos nos núcleos coloniais do Sul do Brasil, nos quais a proporção de imigrantes oriundos do Vêneto chega a ultrapassar 90 %. Colônia eminentemente religiosa na sua origem, as transformações sofridas com o tempo por Santa Felicidade não foram suficientes para apagar de vez os traços eclesiásticos de sua estrutura. Eis por que a autora preferiu denominar seu livro “Uma paróquia vêneta no Brasil” e não uma colônia vêneta, como, à primeira vista, pareceria mais correto. São preciosos os capítulos dedicados à vida econômica e social da localidade ao longo destes cem anos de sua existência, impressionando-nos, mais uma vez, a sobrevivência de muitos dos seus traços culturais primitivos. Embora de assunto restrito — uma “paróquia” ou, se quisermos, uma “colônia”, o livro que a ilustre professora e pesquisadora paranaense vem de publicar constitui excelente subsídio para o estudo da colonização no Sul do Brasil e muito apreciaríamos se livros similares aparecessem sobre outras colônias européias existentes no país. ONM (Cortesia do Editor).

Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 11, 1ª série. São Paulo, setembro de 1978.

A dois temas vem dedicado o último número da prestigiosa publicação do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, entidade vinculada ao

Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo: 1. Jornada de especialistas de Carnaval brasileiro; e 2. IV Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos. Na primeira seção, colaboram Hildegardes Viana (“Reminiscências do Carnaval em Portugal”), Manuel Diegues Júnior (“Notícias de velhos carnavais”), Olga Rodrigues de Moraes von Simson (“O Carnaval e o desenvolvimento urbano de Guaratinguetá na segunda metade do século XIX”), J. Muniz Júnior (“Santos, Carnaval e Samba”), Bandeira Júnior (“Convenção Nacional de Reis Momos”), Alba Zaluar Guimarães (“O Clóvis ou a criatividade popular num carnaval massificado”), Hélio Damante (“Secularização do Carnaval”), Renato Ortiz (“Carnaval: reflexões”), Maria Isaura Pereira de Queiroz (“Da definição de carnaval”). A segunda seção conta com a colaboração de Carmen Junqueira (“Trabalho indígena, Trabalho Volante e Estrutura Agrária no Estado de São Paulo”), Maria Conceição D’Incao (“O significado do trabalhador volante na transformação da sociedade brasileira”), Maria Teresa Leme Fleury (“Considerações sobre as cooperativas de trabalhadores volantes”), Maria Helena Rocha Antunias (“Renovação tecnológica e relações de trabalho na Agricultura”) e Orlando Sampaio Silva (“O japonês em Santa Isabel do Pará”). Noticiário e resenhas bibliográficas completam o volume. ONM

Centro de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo. Boletim Informativo, 2ª série, ano II, nº 5, 1977.

Sob a direção dos Professores Massaud Moisés e Francisco Maciel Silveira, traz a seguinte matéria: “Alexandre Herculano e o conto”, de Álvaro Cardoso Gomes; “Tabacaria: reflexão em torno do título de um poema”, de Carlos Felipe Moisés; “A persuasão em Antônio Vieira: uma História do Futuro”, de Francisco Maciel Silveira; Acerca do “Amor de Perdição”, de Lênia Márcia de M. Mongelli, resenha dos “Contos” de Vergílio Ferreira; noticiário. ONM (Cortesia do Instituto de Estudos Portugueses.)

Duarte, Abelardo – Folclore negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar. Maceió, Departamento de Assuntos Culturais, 1974. 428 págs.

Embora considere modestamente simples “achegas sobre o folclore negro do Nordeste” com os assuntos “abordados despretensiosamente, de maneira a não ser apenas uma obra para entendidos”, o que o autor nos oferece, neste volume, é uma quantidade imensa de elementos, da mais alta significação para o tema que teve em vista. Não coletou simplesmente os dados, como tantos fazem. Procurou interpretá-los, examinando, sobretudo, os aspectos culturais, as origens étnicas, o sincretismo, enfim tudo aquilo que torna apaixonante o estudo do folclore. Como vem assinalado numa pequena nota de apresentação, “a obra não possui nenhum ranço dogmático e figurará como nova e valiosa achega ao folclore brasileiro”. As seis partes em que o livro se divide tratam de danças populares, da música popular, da literatura oral, da arte popular, dos costumes e dos folguedos populares. Em anexo, uma relação dos instrumentos usados para acompanhamento dos folguedos e danças populares das Alagoas. O autor é professor da Universidade Federal de Alagoas, membro da Academia Alagoana de Letras e de vários Institutos Históricos e tem, em sua bibliografia, numerosos títulos que interessam particularmente à história de seu Estado. ONM (Cortesia do autor.)

Estudos Ibero-Americanos, vol. IV nº 1. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, julho de 1978.

Esta excelente revista do Departamento de História da PUC de Porto Alegre, à qual já temos feito referências, apresenta-se em seu último número com o seguinte sumário: “A mediação inglesa no reconhecimento da Independência do Brasil”, de Daniel Vale Ribeiro; “Double Perspective in two works of Jorge Amado”, de Bobby J. Chamberlain; “Feudalismo y señorialismo en la America española colonial”, de Joaquín Rodríguez Suro; “O lastro social e a renovação literária em *As Meninas* de Lygia F. Telles; ‘Two Modern *Autos* by Ariano Suassuna”, de Richard A. Mazzara; “Natureza e homem na formação cultural da América chamada Latina”, de Manuel Diegues Júnior; “Seventeenth Century Maranhão: Beckman’s Revolt”, de Murray Graeme MacNicoll. Na seção de documentos, o texto integral do *Tratado de Canguê*, assinado em 21 de agosto de 1838 entre

Frutuoso Rivera e a República Rio-Grandense, formando uma aliança defensiva contra os inimigos comuns, no caso o governo uruguaio de Oribe. “A finalidade básica deste tratado” – escreve Moacyr Flores – era de que os farroupilhas recolhessem Rivera como futuro presidente do Uruguai. Aos sulriograndenses interessava o caminho livre para a fronteira, a fim de refazerem suas tropas militares ou conseguir armas e munições. O tratado nunca chegou a ser executado, porque tanto os farroupilhas como Rivera fizeram jogo duplo, aqueles ora apoiando Oribe, ora Rivera; e este fingindo apoiar os farroupilhas, enquanto recebia dinheiro do Império do Brasil para combatê-los”. ONM

Geografia, vol. 3, nº 5, abril, 1 978.

O último número da importante revista da Associação de Geografia Teorética, de Rio Claro, traz o seguinte sumário: “Graficácia”, de W. G. Balchin; “Sobre diversificação e sua medida aplicada à Geografia Agrária”, de Nilo Bernardes; “O processo de modernização agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no Brasil”, de Manuel Correia de Andrade; “Considerações sobre a teoria do turbilhão e aplicação aos estudos de calhas induzidas”, de Antônio Carlos Tavares; “Patos de Minas: uma cidade média em Minas Gerais e sua região”, de Oswaldo Bueno Amorim Filho. Notas e resenhas assinadas por Wolmar A. Carvalho, Gertrudes Piedade, Lúcia Helena Girardi, Odeibler Santo Guidugli, Sílvia S. Sampaio, Maria Juraci Zani dos Santos e Antônio Christofolletti. ONM

Horizonte. Revista trimestral da Universidade Federal da Paraíba. nºs 2 e 3. João Pessoa, 1 976 e 1 977.

Revista mista, como ocorre com a maior parte das publicações universitárias do país, abrangendo as diversas matérias ministradas na Instituição, registramos aqui apenas os títulos que mais de perto interessam à nossa área: no nº 2 – “Análise da gênese histórica da expressão ‘Educação Perene’”, de Ítalo Rucco; “O negro no Brasil”, de Aécio Vilar de Aquino; “O desenvolvimento agrícola do Brasil e a reforma agrária”, de Eduardo Pazera Júnior; “Os potiguaras da Paraí-

ba”, de Francisco J. Moonen; “Análise sêmica de um poema de João Cabral de Melo Neto”, de Maria do Socorro Silva de Aragão; “Planejamento empresarial”, de Afrânio de Aragão; “Quantidade e qualidade da Educação”, de Ceciliano de Carvalho Vanderlei, no nº 3 – “Aspectos da formação étnica, povoamento e população do Brasil”, de Eduardo Pazera Júnior; “Mário Quintana: O poema é uma luta entre o acaso e a astúcia”, de Elizabeth Marinheiro; “Os potiguaras da Paraíba” (cont. do nº anterior), de F. J. Moonen; “Hermes Lima: socialismo ou capitalismo de Estado numa ‘Travessia’ ”, de José Otávio; “Enfoques do desenvolvimento industrial no Brasil”, de Maria Marta Pimentel de Melo. Em ambos os números, diversas resenhas de livros. ONM

Lapa, J. R. do Amaral – Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará, 1 763 – 1 769. Petrópolis, Vozes, 1 978. (Col. “História Brasileira”).

Inaugurando sua nova coleção – **História Brasileira** – a editora petropolitana vem de editar precioso documentário sobre a Inquisição no Brasil, mais particularmente no Pará, com introdução e notas do Professor Amaral Lapa, que é também do diretor da coleção. Aliás, coube ao ilustre historiador campineiro a própria descoberta do precioso documento, sobre o qual o “Correio Popular”, de Campinas, publicou a seguinte nota: “Em toda a história de Portugal e do Brasil nenhuma linha registra essa que com certeza deve ter sido a última e a mais demorada visita que a terrível instituição fez ao Brasil. Numa cidade com cerca de 10.000 habitantes, direta ou indiretamente toda a sociedade foi envolvida pelo clima fantasmagórico do implacável tribunal, que a todos ameaçava com suas técnicas de persuasão e terror, com sua intimidação e torturas, com os seus interrogatórios e rituais, acobertados pela mais ampla garantia de sigilo ! Agita-se o homem colonial com sua pequenez no grande cenário tropical que o cerca. Traz dentro de si um universo de contradições e esperanças, de angústias e apelações, de desespero pelos problemas existenciais que o levam a recorrer a velhas índias feiticeiras, ao exorcismo e às práticas mais diversas de bruxaria. O leitor penetrará no interior desse quadro, onde deuses e demônios convivem com escravos negros e governadores, com crianças e gente humilde,

com religiosos prevaricadores e cristãos-novos, com senhores de engenho, bígamos e sodomitas, pobres índios e hereges. Eles desafiam o céu e a terra para sufocar os seus tormentos ou atormentar ou seduzir ou aniquilar os seus desafetos em cenas kafkianas. Dessa maneira, é colocada diante do leitor uma janela indiscreta que devisa a intimidade de cada um traduzida em atos sexuais, em pactos com o demônio, em cerimônias e orações que se apresentam como capazes de recuperar o que se julgava perdido, dobram as vontades e seduzem as donzelas, curam os enfermos ou escandalizam os circunstantes. Nesse ritmo é que se atropelam os desafios e contestações, os temores e inquietações das consciências. Reconstituída no seu conjunto e nos seus pormenores, essa **Visita** é apresentada através de três capítulos introdutórios que propõem modernas abordagens para essa fonte primária de excepcional interesse para a nossa história social, econômica e dos sentimentos”. (Cortesia da Editora.)

Revista do Instituto do Ceará. Nº 97, Fortaleza, janeiro-fevereiro, 1 977.

A veterana **Revista do Instituto do Ceará**, uma das mais importantes publicações existentes no Brasil na área da historiografia, e voltada especialmente para a história do Nordeste, apresenta um seu último número: “História do Ceará holandês”, de Carlos Studart Filho; “Para o estudo do processo de folclorização”, de Florival Seraine; “Província Fluminis Grandis”, de Guarino Alves; “O centenário da Rede de Viação Cearense”, de José Parsifal Barroso; “O Liceu do meu tempo”, de Mozart Soriano Aderaldo; “Caririenses nas forças armadas brasileiras” e “O Exército no Ceará em 1 928”, de Raimundo Teles Pinheiro; “Versão livre da carta de Matias Beck sobre o Ceará”, de Henrique de Gonzales; “O pensamento social de Joaquim Nabuco”, de João Alfredo de Sousa Montenegro, e “A coleta de babaçu no Alto do Carvão”, de Teresinha Helena de Alencar Cunha; discursos ocasionais, documentário, notas, transcrições e registro bibliográfico complementam o volume. ONM (Cortesia do Instituto do Ceará)

Tempo Universitário. Revista de Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Vol. 1, nº 1, 1 976.

Apresenta-se com o seguinte sumário esta nova revista cultural potiguar: “Da hospitalidade inglesa”, de Luís da Câmara Cascudo; “José Augusto, um estadista”, de Onofre Lopes; “Rodolfo Garcia”, de Paulo Pinheiro de Viveiros; “José Bonifácio, humanista”, de Nilo Pereira; “Origens da literatura de çordel”, de Veríssimo de Melo; “Lampião na Fazenda Veneza”, de Raul Fernandes; “Três poemas”, de Zilá Mamede; “Poemas rupestres”, de Sanderson Negreiros; “Um poeta potiguar, Jorge Fernandes”, de Protásio de Melo; “O sistema escolar nos Estados Unidos”, de Waldson Pinheiro; “Alguns aspectos da livre convicção”, de Edgar Barbosa; “Interpretação social da seca de 1970”, de José Rafael de Meneses, e “Acerca da música popular brasileira”, de Grácio Barbalho. Nas palavras de apresentação, figuram as seguintes palavras de Domingos Gomes de Lima, que merecem ser meditadas por todas as autoridades universitárias do país: “Procurássemos identificar o que existe de essencial, irreduzível, permanente no conceito de Universidade e seríamos conduzidos a admitir, necessariamente, que este ponto definidor é a sua atividade intelectual, criativa por excelência e eminentemente humanística.” ONM

*

* *

MEMÓRIA CAMPINEIRA (5)

UM NOME QUE NÃO PODE DESAPARECER

Os jornais de Campinas freqüentemente publicam cartas de leitores reclamando contra a poluição sonora do chamado Centro de Convivência Cultural, resultante da instalação, ali, de diversos bares e restaurantes e dos motoqueiros que do belo logradouro fizeram também o seu “centro de convivência”. Não entramos no mérito das reclamações. Se elas são feitas, certamente assiste razão aos reclamantes. Conhecemos o problema de outros locais e circunstâncias e podemos imaginar que uma praça na qual já existem (e outros estão em construção) alguns dos mais requintados edifícios de apartamentos da cidade, poderá vir a ter sua imagem prejudicada, inclusive num lamentável processo de desvalorização, se o local vier a se tornar o que os sociólogos chamam de “zona

Apresenta-se com o seguinte sumário esta nova revista cultural potiguar: “Da hospitalidade inglesa”, de Luís da Câmara Cascudo; “José Augusto, um estadista”, de Onofre Lopes; “Rodolfo Garcia”, de Paulo Pinheiro de Viveiros; “José Bonifácio, humanista”, de Nilo Pereira; “Origens da literatura de çordel”, de Veríssimo de Melo; “Lampião na Fazenda Veneza”, de Raul Fernandes; “Três poemas”, de Zilá Mamede; “Poemas rupestres”, de Sanderson Negreiros; “Um poeta potiguar, Jorge Fernandes”, de Protásio de Melo; “O sistema escolar nos Estados Unidos”, de Waldson Pinheiro; “Alguns aspectos da livre convicção”, de Edgar Barbosa; “Interpretação social da seca de 1970”, de José Rafael de Meneses, e “Acerca da música popular brasileira”, de Grácio Barbalho. Nas palavras de apresentação, figuram as seguintes palavras de Domingos Gomes de Lima, que merecem ser meditadas por todas as autoridades universitárias do país: “Procurássemos identificar o que existe de essencial, irredutível, permanente no conceito de Universidade e seríamos conduzidos a admitir, necessariamente, que este ponto definidor é a sua atividade intelectual, criativa por excelência e eminentemente humanística.” ONM

*

* *

MEMÓRIA CAMPINEIRA (5)

UM NOME QUE NÃO PODE DESAPARECER

Os jornais de Campinas freqüentemente publicam cartas de leitores reclamando contra a poluição sonora do chamado Centro de Convivência Cultural, resultante da instalação, ali, de diversos bares e restaurantes e dos motoqueiros que do belo logradouro fizeram também o seu “centro de convivência”. Não entramos no mérito das reclamações. Se elas são feitas, certamente assiste razão aos reclamantes. Conhecemos o problema de outros locais e circunstâncias e podemos imaginar que uma praça na qual já existem (e outros estão em construção) alguns dos mais requintados edifícios de apartamentos da cidade, poderá vir a ter sua imagem prejudicada, inclusive num lamentável processo de desvalorização, se o local vier a se tornar o que os sociólogos chamam de “zona

deteriorada”, que em nosso país não espera o prazo que os técnicos costumam marcar para que tal aconteça. Muitas já nascem deterioradas. Mas o que nos leva o tocar no assunto, é que numa das últimas cartas que lemos, o missivista, depois de várias considerações, faz votos (e todos nós o acompanhamos) para que ali se instale mais um centro de cultura (que não especifica qual deva ser) e especialmente para que a paz volte a reinar na “antiga Praça Imprensa Fluminense”.

Não, prezado missivista, não se trata de “antiga Praça Imprensa Fluminense”. A praça ainda tem esse nome e esperamos que ele seja conservado para sempre. Se há muita gente que não sabe, é simplesmente pelo descuido da Prefeitura no conveniente emplacamento das praças. As ruas foram devidamente lembradas após a grande campanha que encetamos pela imprensa e através da Sociedade dos Amigos da Cidade. Os clássicos retângulos azuis, identificadores dos nomes das vias públicas, e aos quais os campineiros já se haviam desabituaado, voltaram a assinalar nossa paisagem urbana, embora ainda não de maneira completa. Mas as praças foram esquecidas. Já se queixava o falecido jornalista Luso Ventura da anomalia que em nossa cidade ocorre: as praças não constituem endereço, pois não têm numeração própria. Ninguém, em Campinas, poderá dizer, por exemplo, que mora à Praça Carlos Gomes. Seu endereço será sempre o de uma das quatro ruas que a formam. Isto faz com que, dizia Luzo Ventura, dar o nome de alguém a uma praça de Campinas é torná-lo esquecido, pois seu nome nunca será citado para efeito de correspondência, nem para qualquer outra referência addressográfica (perdoem-nos o americanismo, horroroso, mas não vejo como substituí-lo). A solução, para atenuar o problema, seria o emplacamento das praças ao lado do das ruas que as formam. Assim, o público se habituaria aos seus nomes. E tanto isto é verdade, que, não faz muito, um conhecido jornalista de Campinas, que milita em nossa imprensa há não sei quantos anos, visitando Porto Alegre, surpreendeu-se de lá encontrar uma bela rua com o nome de Carlos Gomes, quando — escreveu ele, — em nossa cidade, berço do genial compositor, nenhuma via pública o recorda. Ora, a mais bela praça de Campinas traz o seu nome ! Simplesmente, pela ausência de placas, o distinto jornalista o ignorava...

Voltando ao caso da Praça Imprensa Fluminense. O aludido missivista externou, talvez sem o saber, problema que há muito nos vem preocupando. A instalação, no local, do Centro de Convivência Cultural está fazendo com que o logradouro seja conhecido por este nome, com o esquecimento total do verdadeiro topônimo. Já vimos anúncios de apartamentos “no Centro de Convivência Cultural”... Ora, se tal despropósito continuar a repetir-se, dentro

em breve o nome da praça desaparecerá por completo. Centro de Convivência Cultural é o conjunto das obras ali construídas (teatro, sala de concertos, teatro de arena, salas de exposição, sede da Orquestra Sinfônica etc.), mas não a praça em si. Portanto, anunciar alguém um imóvel ou loja numa das ruas que formam a praça (General Osório, Conceição, Antônio Cesarino e São Pedro) como sendo “no Centro de Convivência Cultural” é totalmente absurdo. O mais que se poderá aceitar, para facilidade de referência, é que se diga “em frente” ou “ao lado” do Centro de Convivência.

O nome **Imprensa Fluminense** dado à praça onde se localizava o velho “Jardim Público”, e que depois de muitos anos de aridez cimentífera voltou a ser um dos mais belos logradouros da cidade, não deve e nem pode desaparecer. Há algum tempo, a Senhora Lourdes Badaró (Maria de Lourdes de Souza Campos Badaró) publicou uma série de artigos sobre o velho “Jardim Público”, cujo nome oficial passou a ser, depois de 19 de agosto de 1 889, **Praça Imprensa Fluminense**. Um dos seus antigos limites, a Rua Augusto César, desapareceu com as obras da urbanização e teve a substituí-la a Rua São Pedro Por que a denominação **Imprensa Fluminense** ? Cedamos a palavra a Lourdes Badaró:

“Em 19 de agosto de 1 889 passou o nosso Jardim Público a chamar-se **Praça Imprensa Fluminense** em homenagem e sincero agradecimento de Campinas à imprensa fluminense pela sua inestimável e valiosa colaboração e pela solidariedade demonstrada durante o triste período que atravessou sua gente na epidemia da febre amarela. A homenagem foi proposta por Otto Langaard e aceita unanimemente pela Câmara Municipal. Seis anos após a inauguração do jardim, durante o primeiro período da febre amarela, quando a cidade ficou abalada e desprovida de recursos, a imprensa fluminense, representada pelos jornais **Gazeta de Notícias, O País e Jornal do Comércio**, abriu uma subscrição popular para angariar auxílio para os flagelados e conseguiram arrecadar vultosíssima soma que foi logo remetida para nossa cidade. Além dessa ajuda material, esses jornais divulgavam notícias e publicavam artigos elogiosos sobre a nossa terra, que, amargurada, atravessava a pior etapa de sua história”.

Enfim, sintetizando: a imprensa do Rio de Janeiro fez por Campinas o que a de São Paulo não fez. Daí a gratidão dos campineiros. Alguém, outro dia, nos perguntou: se a homenagem era à imprensa da cidade do Rio de Janeiro, por que a praça não denominada **Imprensa Carioca** em vez de **Imprensa Fluminense**, uma vez que este último gentílico só é usado para o que se refere ao Estado do Rio de Janeiro e não ao antigo Distrito Federal. Foi fácil responder com dois exemplos: por que se chamam **Contos Fluminenses** as belas

páginas de Machado de Assis, quando todos têm como ambientação a cidade do Rio de Janeiro? Por que se chama **Fluminense** o mais importante clube de futebol da cidade do Rio de Janeiro (com a devida licença dos flamenguistas...)? É que, na época, fim do século passado ou início do atual, o nome **carioca** não se havia generalizado como gentílico privativo da cidade do Rio de Janeiro, em contraposição a **fluminense**, riservado ao Estado do Rio. Quer se tratasse do Estado, quer da cidade, tudo era **fluminense**. O nome **carioca**, embora antiquíssimo, só se generalizou como gentílico em época mais recente. Portanto, quando, em 1889, se manifestou a gratidão dos campineiros aos jornais do Rio, o nome proposto para a praça não poderia ser outro senão **Imprensa Fluminense**.

É este o nome que, pela sua história e pelo seu significado, não pode e não deve desaparecer. Algumas placas que a Prefeitura ali colocasse, uma em cada canto do belo logradouro, recordaria “ad perpetuum rei memoriam” nome tão significativo de nosso passado.

*

* *

TRANSCRIÇÃO

A INTERPENETRAÇÃO CULTURAL ROMANO-GERMÂNICA

Clemente Segundo Pinho

Sendo o nosso objetivo citar apenas os fatos mais expressivos, de maneira quase esquemática, visto que uma série de fatores teriam de ser estudados e relatados num estudo focalizado sobre o assunto, o que não é o fito deste trabalho, temos, no entanto, de referir-nos à facilidade geral com que se deu a fusão de populações e culturas.

Na Espanha, por exemplo, os godos fizeram-no em tempo relativamente curto. **Leovigildo lutou contra a romanização** e desejava manter a proibição de casamento entre conquistadores góticos e populações românicas, contudo, finalmente levantou a interdição. Ele próprio adotou as vestes imperiais em estilo bizantino, romano-oriental. **Recaredo, em 586**, converteu-se ao catolicismo, enquanto seu filho se tornara mártir, herói da fé cristã. Essa fusão de

páginas de Machado de Assis, quando todos têm como ambientação a cidade do Rio de Janeiro? Por que se chama **Fluminense** o mais importante clube de futebol da cidade do Rio de Janeiro (com a devida licença dos flamenguistas...)? É que, na época, fim do século passado ou início do atual, o nome **carioca** não se havia generalizado como gentílico privativo da cidade do Rio de Janeiro, em contraposição a **fluminense**, réservado ao Estado do Rio. Quer se tratasse do Estado, quer da cidade, tudo era **fluminense**. O nome **carioca**, embora antiqüíssimo, só se generalizou como gentílico em época mais recente. Portanto, quando, em 1889, se manifestou a gratidão dos campineiros aos jornais do Rio, o nome proposto para a praça não poderia ser outro senão **Imprensa Fluminense**.

É este o nome que, pela sua história e pelo seu significado, não pode e não deve desaparecer. Algumas placas que a Prefeitura ali colocasse, uma em cada canto do belo logradouro, recordaria “ad perpetuum rei memoriam” nome tão significativo de nosso passado.

*

* *

TRANSCRIÇÃO

A INTERPENETRAÇÃO CULTURAL ROMANO-GERMÂNICA

Clemente Segundo Pinho

Sendo o nosso objetivo citar apenas os fatos mais expressivos, de maneira quase esquemática, visto que uma série de fatores teriam de ser estudados e relatados num estudo focalizado sobre o assunto, o que não é o fito deste trabalho, temos, no entanto, de referir-nos à facilidade geral com que se deu a fusão de populações e culturas.

Na Espanha, por exemplo, os godos fizeram-no em tempo relativamente curto. **Leovigildo lutou contra a romanização** e desejava manter a proibição de casamento entre conquistadores góticos e populações românicas, contudo, finalmente levantou a interdição. Ele próprio adotou as vestes imperiais em estilo bizantino, romano-oriental. **Recaredo, em 586**, converteu-se ao catolicismo, enquanto seu filho se tornara mártir, herói da fé cristã. Essa fusão de

em breve o nome da praça desaparecerá por completo. Centro de Convivência Cultural é o conjunto das obras ali construídas (teatro, sala de concertos, teatro de arena, salas de exposição, sede da Orquestra Sinfônica etc.), mas não a praça em si. Portanto, anunciar alguém um imóvel ou loja numa das ruas que formam a praça (General Osório, Conceição, Antônio Cesarino e São Pedro) como sendo “no Centro de Convivência Cultural” é totalmente absurdo. O mais que se poderá aceitar, para facilidade de referência, é que se diga “em frente” ou “ao lado” do Centro de Convivência.

O nome **Imprensa Fluminense** dado à praça onde se localizava o velho “Jardim Público”, e que depois de muitos anos de aridez cimentífera voltou a ser um dos mais belos logradouros da cidade, não deve e nem pode desaparecer. Há algum tempo, a Senhora Lourdes Badaró (Maria de Lourdes de Souza Campos Badaró) publicou uma série de artigos sobre o velho “Jardim Público”, cujo nome oficial passou a ser, depois de 19 de agosto de 1 889, **Praça Imprensa Fluminense**. Um dos seus antigos limites, a Rua Augusto César, desapareceu com as obras da urbanização e teve a substituí-la a Rua São Pedro Por que a denominação **Imprensa Fluminense** ? Cedamos a palavra a Lourdes Badaró:

“Em 19 de agosto de 1 889 passou o nosso Jardim Público a chamar-se **Praça Imprensa Fluminense** em homenagem e sincero agradecimento de Campinas à imprensa fluminense pela sua inestimável e valiosa colaboração e pela solidariedade demonstrada durante o triste período que atravessou sua gente na epidemia da febre amarela. A homenagem foi proposta por Otto Langaard e aceita unanimemente pela Câmara Municipal. Seis anos após a inauguração do jardim, durante o primeiro período da febre amarela, quando a cidade ficou abalada e desprovida de recursos, a imprensa fluminense, representada pelos jornais **Gazeta de Notícias, O País e Jornal do Comércio**, abriu uma subscrição popular para angariar auxílio para os flagelados e conseguiram arrecadar vultosíssima soma que foi logo remetida para nossa cidade. Além dessa ajuda material, esses jornais divulgavam notícias e publicavam artigos elogiosos sobre a nossa terra, que, amargurada, atravessava a pior etapa de sua história”.

Enfim, sintetizando: a imprensa do Rio de Janeiro fez por Campinas o que a de São Paulo não fez. Daí a gratidão dos campineiros. Alguém, outro dia, nos perguntou: se a homenagem era à imprensa da cidade do Rio de Janeiro, por que a praça não denominada **Imprensa Carioca** em vez de **Imprensa Fluminense**, uma vez que este último gentílico só é usado para o que se refere ao Estado do Rio de Janeiro e não ao antigo Distrito Federal. Foi fácil responder com dois exemplos: por que se chamam **Contos Fluminenses** as belas

cultura, ao contrário do que seria de supor, deu aos antigos bárbaros um caminho de integração das novas nacionalidades. O bispo, mais tarde santo, **Leandro**, com perspicácia e como porta-voz do novo sentimento nacional, pedia, por ocasião da conversão de Recaredo ao catolicismo, que os seus compatriotas orassem porque: “Nós constituímos, de agora em diante, o povo de um só império, e desejamos erguer as mãos ao Senhor e rezar com um só coração, tanto para a conservação do nosso império terrestre quanto pela nossa felicidade no império dos céus”. Tanto se fundem os dois espíritos das duas culturas que, quando da invasão árabe, encontra-se um povo que não distingue a sua origem germânica da origem romana. **Uma nova etnia** se havia criado, resultante da miscigenação romano-visigótica. **Os nobres** se honravam de sua linhagem genealógica gótica. O fundo de orgulho nacional, já para **Isidoro de Sevilha**, é hispano-gótico. A persistência do fundo cultural gótico se revela na base jurídica espanhola ainda no século XIII, nos *fueros*, de empréstimo germânico.

Os burgúndios por sua vez sempre tiveram para com as populações romanas um comportamento simpático. Em razão do ódio mortal alimentado pelo burgúndios, germânicos orientais contra os alamanos, germânicos ocidentais, vizinhos fronteiros, aqueles sempre se mantiveram como aliados dos romanos. Em 406 atravessaram o Reno com os vândalos. Estabeleceram-se na região do Worms e do Spira, e ali como federados defendiam o império. Converteram-se ao cristianismo. Depois da catástrofe do rei Gundahar, celebrada na famigerada lenda dos Niebelungen, os sobreviventes foram, por Aécio, situados na Sapáudia, de tal modo que é de conjecturar haver sido a atual Savóia parte da extensão do território ocupado por aquelas populações, como a região entre os lagos de Neuchatel e Genebra.

Os romanos participavam da corte burgúndia. Ambos os povos apresentavam a mesma hierarquia social. Os chefes de cantões eram indistintamente romanos ou burgúndios. Embora confessassem o arianismo, os burgúndios não acentuavam a diferença religiosa como o faziam os outros povos germânicos. No começo do sexto século essa distinção religiosa desapareceu com a constante e individual conversão búrgundia ao catolicismo. Pouco depois eram assimilados ao império franco, mas o processo de interpenetração cultural já estava realizado.

Germânicos típicos no apego aos seus traços característicos e diferenciadores de cultura foram os **alamanos**, estabelecidos entre o cotovelo do Reno e o lago de Constança. Para quem estuda a história do lado da România, foram essas populações germânicas altamente prejudiciais ao processo de romani-

zação, avessas a qualquer fusão e quase impermeáveis lingüística e culturalmente. Jamais penetraram no Império como federados, mas, como conquistadores arrogantes. Durante dois séculos resistiram à cristianização, o que significaria, de certo modo, romanização. No século VII, os missionários Columbano e Galo encontraram enormes dificuldades para arrebanhá-los para a grei cristã. Somente depois de integrados no Império Franco é que isso se tornou possível.

Entre os Ostrogodos, Teodorico, o grande, o maior dos seus chefes é o protótipo da política desse povo para com a cultura romana. Sempre primou em manter separadas as duas populações. Instalaram-se na Itália do Norte principalmente, e na Récia, Panônia Simiense, Dalmácia. Dominaram na península itálica, em profundidade, o vale do Pó e o norte da Toscana. Inúmeros fatores, entretanto, persistiam na separação dos dois povos. Favoreceram a nobreza romana, mas não cobriram toda a extensão da península, pois, a Itália meridional e média pouco conheceram dos estabelecimentos góticos. Teodorico compreendia a sua função como defensor da região contra os outros povos germânicos, daí a insistência de bloquear a Itália setentrional. A desigualdade de penetração impediu a fusão cultural.

No III século, piratas saxões, partindo das costas ocidentais da Germânia atingiam a Gália e a Bretanha. Os francos só passaram a interessar-se pela navegação com a incorporação de tribos escandinavas ao Império. Os germanos mais afoitos nas navegações invadiram a Bretanha da qual os romanos já haviam retirado tropas, com objetivo de defender outras terras, em 411. O elemento precioso para a romanização já não mais existia, de tal modo que a luta pela defesa das ilhas restringiu-se à oposição entre os celtas e anglos e saxões. Foram obrigados alguns grupos bretões a abandonar o país e a instalar-se na Armórica, francamente povoada, em 455. Nessa região a língua romana foi vencida pela introdução do céltico.

No V século, os francos estavam instalados à margem direita do Reno, frente a Colônia, e na Toxandria. Os francos em 460 tomam Colônia e penetram na Germânia. Sidônio Apolinário, que morava em Treves cumprimenta Arbogasto, pelos conhecimentos da língua latina, enquanto que noutras partes, como nas margens do Mosela não mais era cultivada.

As férteis regiões do baixo Sena, abandonadas pelos romanos depois da queda do Império do Ocidente, sofreram invasões lentas dos francos sálios que deixaram a Toxandria e dirigiam-se para o sul.

Graças às operações militares bem sucedidas e à sua habilidade, Clóvis, ao morrer deixa o país franco unido. Desde os vinte anos, em 486, esse

príncipe franco conseguira reunir os compatriotas para as lutas que levariam à unificação. A corte franca era um foco de interpenetração cultural galo-romano-germânica. Perante o monarca tinham os mesmos direitos os francos e os galo-romanos. A organização político-administrativa romana foi estendida ao império franco em vários setores. Em 496 Clóvis adota como religião o cristianismo católico. O que havia sido uma dificuldade nos contactos entre germanos góticos e romanos passa a ser um elo de compreensão espiritual entre francos e romanos.

Os lombardos atingiram a Itália em 568. Fugiam dos terríveis avaros. Em pouco tempo dominam a planície do Pó. Com a morte do chefe condutor da migração, Alboin, o povo lombardo, sem a organização dos francos merovíngios, assiste à disputa do poder por uns trinta e cinco duques. Com iniciativa própria vários bandos se espalham, conduzindo para a frente, para o sul, a cultura lombarda. Assim atingem o leste da Úmbria, dos Abruzos a Bari, depois a Toscana, em 79. Um século de lutas entre os invasores e os romanos imperiais se segue. A preponderância lombarda é sempre crescente. O novo Estado germânico dispensava a colaboração de indivíduos romanos. São, pois, na sua linha de conduta com os antigos senhores bem diversos os tratamentos lombardo e franco. Chegados um século mais tarde que os francos, passando mais um em lutas sangrentas, atrasaram-se dois séculos no processo de romanização. Com o processo de volta dos germanos ao catolicismo, opera-se mais rapidamente o processo de assimilação. O processo de violência empregado para com os possuidores de terras, não se revelou na miscigenação, pois, desde o início os lombardos admitiram o casamento com as populações de língua romana. Já se haviam misturado com os gépidas e búlgaros.

O papado, reconhecendo Pepino como chefe do império franco, encontrou naquele rei um aliado contra os lombardos possuidores de ricas terras — 754 — e logo substitui Bizâncio no domínio daquelas regiões. Separa-se a Itália, desde essa época, numa zona de afirmações nacionais e noutra sob a influência do papado, voltado para preocupações universalistas da Igreja. Carlos Magno, conseguindo derrotar o rei lombardo, 774, inclui no seu reino o lombardo.

(O tempo, a personalidade e a obra de Isidoro Hispalense, 5/8. Publ. da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, 1 965.)

*

* *

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

FRANCESES NO RIO DE JANEIRO

(Côn. J. C. Fernandes Pinheiro)

Reconhecemos, falando de Villegaignon, que os franceses sabiam muito melhor do que os portugueses captar a benevolência dos indígenas; e que unicamente às suas discórdias civis e dissensões religiosas devemos atribuir o não se haverem estabelecido com mais permanência na terra de Guanabara. Estamos porém convencido de que cedo ou tarde, teriam de abandonar a sua colônia, ou vendendo-a como fizeram com a Luisiânia, ou deixando-a perder como aconteceu com as suas feitorias nas Índias Orientais, ou, finalmente, revolucionando-a como sucedeu com o Haiti. É um fato reconhecido pelos seus próprios escritores que a nação francesa sabe conquistar com valor, e talvez mesmo fazer-se estimar pelos povos conquistados; mas lhe falta o talento de conservar as suas possessões, ou em resultado da natural inconstância que a caracteriza, ou porque os seus naturais tenham grande repugnância de se afastarem do solo natal.

Não é esta uma hipótese gratuita, pois que a História traz o seu valioso testemunho em prol do nosso asserto. Durante os caliginosos reinados de Carlos IX e de Henrique III, durante o sanguinolento período da *liga*, como poderia a França atender às necessidades da sua colônia de além-mar quando seu próprio território na Europa se via ameaçado ? Quando sem a timidez do Tibério do século XVI ter-lhe-ia a batalha de São Quintino aberto as portas de Paris ? Quem há aí que ignore quantos perigos correu a integridade francesa antes que as vitórias d'Arques e d'Ivry servissem de preliminares à paz de Vervins ?

Quando por uma feliz casualidade a nascente colônia guanabarense, entregue a seus fracos recursos, escapasse aos reiterados ataques da população portuguesa que a rodeava, atravessando-a destarte a violenta crise por que passava a metrópole, poderemos acreditar que não fosse mais tarde presa dos holandeses ou dos ingleses, que arrebataram aos sucessores de Dupleix, Bussy e Suffren as férteis regiões que possuíam na Ásia ? O que lhe resta do seu domínio na América senão algumas pequenas ilhas espalhadas pelo mar das Antilhas e a pestífera Caiena ? Antes que a marinha militar surgisse ao toque da vara mágica

de Colbert a **França Antártica** teria sido riscada do catálogo das suas colônias. Modernamente vimos que Argel, ligado a Paris pelos fios do telégrafo elétrico, foi por muito tempo reputado como inútil senão prejudicial, servindo apenas de vasto campo de Marte à metrópole onde adestrava suas legiões para enviá-las, como ainda há pouco o fez, ao **Bosphoro Cimmerio** ou ao **Chersoneso Cimbrico**. “Os franceses, diz o douto Cantu, nunca mostraram fundando colônias, a paciência tenaz e a constância intrépida dos espanhóis e dos holandeses.”

Procede a opinião favorável da contemplação dos abusos que praticaram os portugueses em nossa terra. Longe de dissimulá-los, fizemos expressa menção deles quando apontamos as causas do vagaroso incremento do Rio de Janeiro, fadado pela sua posição geográfica, para um rápido progresso. Sejamos porém justos, e confessemos à face do mundo, que da ignorância mais do que da má vontade dos nossos maiores proveio o estado de atraso em que o encontrou o sol do Ipiranga. Sofremos a aplicação dos errôneos princípios econômicos que então predominavam: o colono era uma espécie de servo de gleba para quem só havia deveres e não direitos, uma força produtora destinada a abastecer os mercados da metrópole. A idéia de chamar de algum modo à vida política e civil a homens de outra raça, reputados como infieis, e por isso fora das fronteiras da humanidade, era muito sutil para ser compreendida e praticada pelos governos dessa época. E, note-se, Portugal e Espanha eram, então, as duas primeiras nações da Europa, que sustinham em suas possantes destros os fanais da civilização.

Acerca do sistema colonial espanhol e português oiçamos o juízo que emite o grande economista italiano Rossi:

“No ponto de vista econômico foram estas colônias submetidas às regras do sistema mercantil. Ainda a tal respeito as máximas dos governos espanhol e português era as mesmas, com a única diferença de que o governo espanhol aplicava-as com mais zelosa severidade. A primeira dessas máximas era a absoluta exclusão de todo o estrangeiro: ninguém podia entrar numa colônia espanhola e, ainda menos, aí se estabelecer se não fosse espanhol. A importância dos seus capitais, a natureza dos seus talentos, o poder da sua indústria eram para o estrangeiro outros tantos motivos para se ver repellido dessas inóspitas terras. Não havia mesmo igualdade de direitos para o espanhol nascido nas colônias; também eles eram colocados numa ordem inferior aos nascidos na Europa.

As colônias não deveram produzir senão cousas cuja produção fosse necessária à mãe pátria, abstendo-se de tudo quanto esta lhe pudesse vender. Ter-se-ia arrancado o cepo da vinha que o colono plantasse e infligido um castigo a quem pretendesse naturalizar a oliveira. Assegurando-se assim dum mercado sem concorrência fixava a metrópole as condições dos seus escâmbios com as colônias.” (**Cours d’Economie Politique**, tome II, leçon XIVme.)

Só muito tarde a Holanda e a Inglaterra admitiram em suas possessões princípios mais liberais, devendo-lhes aquela a conservação de Sumatra, Bornéu, Java e das Molucas, e esta o seu vasto império indostânico, momentaneamente perturbado pela estulta e cruel revolta dos cipaios, e a fidelidade do Canadá, surdo às instigações dos ianques.

A ordem natural das cousas exige que as colônias se destaquem das suas metrópoles, assim como os filhos deixam a casa paterna quando emancipados. O Brasil teria de constituir-se uma nação independente; teria no futuro de separar-se de qualquer nação que o houvesse colonizado; resta examinarmos se nos seria mais proveitoso o fracionamento do território entre os franceses, holandeses e portugueses, ou se a união de todo o país debaixo duma só nacionalidade.

Não haverá um só brasileiro, verdadeiramente amante do seu país, que desejasse ver quebrado este **magnífico vaso de porcelana**, na expressão dum moderno escritor nosso (Visconde de São Leopoldo); que não agradeça à Providência Divina de ter-nos conservado essa integridade, base fundamental da nossa futura grandeza. Holandeses no norte, portugueses no centro, franceses no sul, seríamos fracos e desunidos; falaríamos três línguas, teríamos talvez duas religiões, e o gigante dos trópicos, que quiçá deterá um dia no istmo de Panamá a marcha invasora do audaz anglo-saxônico, fazendo recuar a águia do Mississípi, seria olhado com desprezo e nem sequer seria escutado nos conselhos da América.

A união religiosa e política do Brasil foi obra de Deus e não dos homens: foi o Céu que auxiliou aos Vieiras, aos Vidais, aos Camarões e aos Dias; foi ele que nos deu as vitórias de Guararapes e Guaxenduba, que subtraiu o Rio de Janeiro das mãos de Villegaignon, Duclerc e Duguay-Trouin. A despeito dos erros gravíssimos dos governantes o país crescia e prosperava; entregues a nós mesmos expulsamos do nosso solo o estrangeiro todas as vezes que nele quis estabelecer-se... Sem as fogueiras da Inquisição guardamos a nossa fé religiosa;

não respondemos ao apelo de Minas e Pernambuco quando nos convidaram a trocar o cetro e a coroa pelo barrete frígio; e só fomos não quando pudemos ser império.

Gloriemo-nos da nossa origem: somos os herdeiros do Gama; falamos a língua de Camões; e vemos sentado em nosso trono um neto de D. Manuel, o Venturoso. Somos uma raça vigorosa e inteligente; nascemos na terra da liberdade e fomos embalados com o hino da Independência. Sebastianópolis não tem saudades de Henriville; o Rio de Janeiro não lamenta a França Antártica.

(*A França Antártica*, em Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, tomo XXII, págs. 108 — 113. Rio de Janeiro, 1859).

*

A PRIMEIRA CONDIÇÃO DA SALVAÇÃO

(João de Constantinopla)

A primeira condição da salvação é guardar a regra da verdadeira fé, e não se afastar em nada da tradição dos Padres. E porque é impossível que a sentença de Nosso Senhor não se realize, quando ele disse: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”, o fato justificou estas palavras, pois a religião católica sempre permaneceu inviolável na Sé Apostólica. Não querendo então nos afastar dessa fé, seguindo, ao contrário, em todas as coisas as determinações dos Padres, anatematizamos todas as heresias, principalmente o herege Nestório, outrora bispo de Constantinopla, condenado no concílio de Éfeso pelo bem-aventurado Celestino, Papa de Roma e pelo venerável Cirilo, Bispo de Alexandria; e com ele anatematizamos Eutique e Dióscoro, bispo de Alexandria, condenados no santo concílio de Calcedônia, o qual nós seguimos e abraçamos, e que, segundo o mesmo santo concílio de Nicéia pregou a fé dos apóstolos. Unimos no mesmo anátema e na mesma condenação o parricida Timóteo, cognominado Eluro, e seu discípulo em tudo, Pedro Monge, de Alexandria. Anatematizamos igualmente Acácio, outrora bispo de Constantinopla, tornado cúmplice e seu partidário, assim como aqueles que perseverarem em sua comunhão, pois abraçar a comunhão de alguém é merecer sorte semelhante. Do mesmo modo condenamos e anatematizamos Pedro, o Foulon, de Antióquia, com todos os deles. Também aprovamos e abraçamos todas as epístolas que o bem-aventurado Leão, Papa de Roma, escreveu da verdadeira fé. Por isso, como já foi dito e

seguindo em todas as coisas a Sé apostólica, e publicando tudo o que foi decretado por ela, espero merecer. estar convosco numa mesma comunhão, que é a da Cátedra apostólica, na qual reside a verdadeira e inteira solidez da religião cristã, prometendo também não recitar nos santos mistérios os nomes daqueles que estão separados da comunhão da Igreja Católica, isto é, que não estão de acordo em todas as coisas com a Sé apostólica. Se eu permitir⁴ afastar-se de mim mesmo alguma coisa da profissão que acabo de fazer, declaro-me, por minha própria sentença, no número daqueles que acabo de condenar.

(Carta ao Papa Hormisda, em 28 de março de 519, “sob o consulado do Imperador Justiniano”, *apud* Rohrbacher, **Vidas dos Santos**, vol. 14, págs. 181 – 182; São Paulo, Editora das Américas, 1 960.)

*

* *

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção são reproduzidas algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas.)

1. A EPIFANIA COMO TEMA MUSICAL

Poucos acontecimentos existem na história religiosa de maior significação, pela sua singeleza e pelas lições de humildade que encerra, do que aquele que se refere à visita dos reis magos ao Menino Jesus recém-nascido. Todavia, trata-se de assunto em que a tradição impera, uma vez que o relato do único evangelista que dele se ocupa (Mateus) é bastante sumário. Por ele pouco ficamos sabendo. Mateus fala apenas em “uns magos que vieram do Oriente”, nada nos adiantando quer sobre sua procedência, quer sobre seus nomes, número e condições sociais. A tradição incumbiu-se de preencher os claros do Evangelho, não só dando-lhes a qualidade de reis, como fixando em três o seu número e até batizando-os de Gaspar, Melchior e Baltasar. Apenas quanto à procedência nada

foi acrescentado. Sabemos apenas que eram do Oriente, o que é muito vago. Provavelmente fossem da Caldéia, pois tudo indica que eram dados a estudos de astronomia, ciência que naquele país havia alcançado grande desenvolvimento. A associação desse acontecimento com a festa da Epifania parece datar do IV século e ele, verdadeiro ou falso, certo ou errado, deitou raízes na tradição cristã da humanidade, associado ao ciclo do Natal, de cujas festividades marca o encerramento.

A festa da Epifania ocupava lugar de destaque no calendário eclesiástico da Igreja Luterana e para ela João Sebastião Bach deve ter escrito pelo menos cinco cantatas, das quais apenas duas chegaram até nós: as de nºs 65 e 132. A primeira tornou-se mais conhecida, inclusive com uma gravação reimpressa no Brasil. Inspira-se na aludida passagem de Mateus, mas o seu coro de abertura (que dá nome à cantata) foi extraído do verso 6 do capítulo 60 do profeta Isaías: “E todos virão de Sabá trazendo ouro e incenso para louvar o Senhor”. É este o único texto a trazer uma indicação mais precisa quanto à procedência dos magos: o país de Sabá, já assinalado no Velho Testamento quando sua rainha visitou o grande, rico e poderoso rei Salomão. Mas onde ficaria esse país de Sabá é o que ninguém pode afirmar com segurança, pois as tentativas de identificação (tal como no caso do país de Ofir, também citado no Velho Testamento) são as mais divergentes e até contraditórias. A associação de Sabá com a Etiópia (a ponto do monarca deste país considerar-se descendente da famosa rainha) é puramente conjectural e hipotética.

À festa da Epifania destina-se, também, a última parte do **Ora-tório de Natal**, de João Sebastião Bach, grandiosa obra que também pode ser encontrada em gravação reimpressa no Brasil, portanto bem mais acessível que os discos importados.

O conhecido **Oxford Book of Carols**, valiosíssima fonte para o estudo da canção religiosa, arrola 23 canções relativas à festa da Epifania, das mais variadas procedências, pois não registra apenas cânticos ingleses, mas também alemães, austríacos, franceses, americanos, escandinavos e até um “villancico” espanhol. A música do ciclo de Natal tem merecido atenção especial de numerosos estudiosos brasileiros, sendo de justiça salientar dentre eles o nome da Professora Henriqueta Rosa Fernandes Braga, da Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro. (5 – 1 – 1 979)

2. A RESPONSABILIDADE DOS HISTORIADORES PAULISTAS

Há alguns meses, o Professor Brasil Bandecchi, meu preclaro confrade da Academia Paulista de História, ofereceu-me gentilmente cópia de uma carta que recebera de um dos maiores historiadores brasileiros, o amazonense Artur César Ferreira Reis, em que este lhe sugeria escrevesse uma obra sobre a participação de São Paulo na história do Brasil. Coincidentemente, em uma de suas reuniões anteriores a Academia Paulista de História havia proposto a realização, provavelmente neste ano, de um curso — que será transformado em livro se houver condições para a sua publicação — exatamente sobre o assunto que o historiador amazonense vinha de sugerir a Brasil Bandecchi. Nem precisaria dizer que a feliz coincidência serviu para conscientizar mais ainda a entidade presidida por Lycurgo de Castro Santos Filho quanto ao interesse do trabalho proposto, considerando-se, ainda, o quanto a história de nossa terra vem sendo relegada a plano secundário, praticamente desconhecida das novas gerações, as quais, mesmo que demonstrassem interesse em conhecê-la, nem encontrariam onde estudá-la, pela inexistência de obras que dela tratem.

Ocorre-me à lembrança conversa tida há alguns anos com ilustre colega do Rio Grande do Sul. Lamentava o quanto São Paulo ignora a sua história, sendo, talvez, a única unidade da federação que não possui em suas escolas cadeiras ou cursos que a ensinem. E argumentava com exemplos de numerosos outros Estados do país. A resposta do colega gaúcho foi extremamente simpática: “Para que vocês querem estudar a História de São Paulo? A História de São Paulo é a própria História do Brasil...” E recordou, com justiça, não haver região do Brasil, mesmo as mais longínquas, que historicamente não esteja vinculada a São Paulo. Isto nos deve encher de orgulho, não há dúvida. Mas, antes do orgulho, deve chamar-nos à responsabilidade. E é justamente desta responsabilidade que se vêm compenetrando algumas entidades culturais de São Paulo, como o Instituto Histórico, o Instituto Genealógico, o Ateneu Paulista de História, que freqüentemente promovem cursos públicos versando sobre a história paulista. Infelizmente, nem sempre tais entidades têm tido condições para publicar em volume os cursos por elas promovidos. Por outro lado, a Academia Paulista de Letras e o próprio governo estadual meteram-se à empreitada de editar ou reeditar algumas obras antigas de interesse para o estudo do passado

paulista. Dezenas de volumes já foram publicados, todos criteriosamente tratados, com prefácios e notas de renomados historiadores.

Mas, embora extremamente valioso, tal trabalho vem sendo feito apenas em torno de obras monográficas. O que continua faltando são livros de conjunto, diria quase didáticos, que pudessem interessar ao leitor não especializado, que atendessem mesmo ao grande público, como existem em tantos outros Estados do Brasil, e para que, dessa forma, uma história de tanta significação na vida do país não continue tão ignorada como até agora o tem sido. (19 – 1 – 1 979).

*

3. INTERESSE PELO PASSADO PAULISTANO

No dia de ontem, a cidade de São Paulo “marcou a folhinha”, como diria um cronista social. Quatrocentos e vinte e cinco anos de história bem vivida, com intensa participação na vida do país, especialmente a partir do século XVIII, quando, terminada a expansão bandeirante, a presença paulista acentuou-se praticamente por todo o território brasileiro. No ano passado, ao ensejo desta mesma efeméride, publiquei nesta folha meia dúzia de artigos subordinados ao título geral **A Lição de Piratininga**, nos quais procurei mostrar a evolução paulistana desde o minúsculo colégio jesuítico do século XVI até a grande metrópole dos nossos dias. Tudo a “vão de pássaro”, é claro, pois o assunto comportaria livros e livros. E é justamente a lembrança dos livros e livros que foram escritos sobre a cidade de São Paulo que me leva, nesta data, a buscar novas lições da história paulistana através de importantes obras que vêm de ser reeditadas por entidades culturais, editoras particulares e pelo próprio governo do município e do Estado. E como se não bastasse, a promoção de cursos sobre o passado paulistano, como o que foi promovido há pouco pelo Clube Piratininga, coordenado pelo Professor Bandecchi e que nos ofereceu a evolução de aspectos interessantíssimos da vida social, econômica, política e cultural de São Paulo, vem demonstrar que o paulistano continua tendo interesse pela sua cidade e pelo seu passado.

As edições da Academia Paulista de Letras (cartas de Álvares de Azevedo, memórias de Vieira Bueno e de Raffard, evocações de Pelágio Lobo

sobre vultos do passado paulista), a nova coleção **Paulística**, editada pelo governo do Estado, com obras de Arouche Rendon, Pereira Cleto, Cardoso de Abreu, Joaquim Floriano, Afonso de Freitas, Adolfo Pinto, entre outras; o Conselho Estadual de Cultura, com a reedição, para citar um só exemplo, do **São Paulo Antigo**, de Antônio Egídio Martins; a publicação, pela Editora Vozes, de um volume com todos os escritos sobre São Paulo de Teodoro Sampaio; os estudos de geografia urbana levados a efeito pelo Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo; as diversas teses universitárias versando sobre temas ligados ao passado paulista, apresentadas tanto na Universidade de São Paulo como na Escola de Sociologia e Política; os concursos sobre a história dos bairros paulistanos, promovidos pela Divisão de Arquivo de Municipalidade, iniciativa de que resultou a publicação até agora de mais de quinze volumes, tudo isso, enfim, a demonstrar quanto pode oferecer o rico filão, rico e inesgotável, que a investigação do passado paulistano continua explorando. E quanta coisa ainda por ser estudada ! Será uma pena — e para citar mais um exemplo — se a coleção **Paulística**, em boa hora promovida pelo governo estadual, e com mais de dez volumes publicados, se interromper com o término do atual governo. A **Paulística** deverá ser uma coleção permanente, aberta a todas as obras hoje raríssimas, que fizerem jus a reedições, especialmente como vêm sendo feitas, isto é criteriosamente anotadas ou precedidas de valiosos estudos introdutórios que as situem no panorama da historiografia paulista. (26 — 1 — 1 979)

4. AINDA O PASSADO PAULISTANO

Há pouco mais de um ano, ao ensejo do sesquicentenário dos cursos jurídicos no Brasil, o Conselho Estadual de Cultura teve a feliz iniciativa de reeditar as obras de Almeida Nogueira e de Spencer Vampré sobre a Faculdade de Direito de São Paulo. A primeira, para a qual Celso Maria de Melo Pupo elaborou utilíssimo índice, embora não adaptado à nova edição (tarefa que ainda poderá ser feita), representa preciosa contribuição para a história social de São Paulo, especialmente se tivermos em conta que, a partir da instalação da Faculdade de Direito, a história da cidade de São Paulo passa, em grande parte, a gravitar em torno da vida acadêmica. A história de uma torna-se necessariamente a história da outra. Isto, aliás, foi observado pelos que visitaram São Paulo no século passado, a começar pelo Reverendo Kidder, que esteve entre nós na época da Regência, deixando substanciosa e interessantíssima descrição da capital paulista. O simpático missionário metodista chega mesmo, com evidente exagero, a

considerar São Paulo a “Heidelberg brasileira”. Historiadores mais recentes, como Ernani da Silva Bruno e o norte-americano Richard Morse, valorizaram extraordinariamente a vinculação cidade-faculdade, tomando ambos a fundação desta como um marco na história da então pequenina capital.

A lembrança da reedição dos dois “clássicos” livros sobre a Faculdade do Largo de São Francisco veio-me a propósito da referência feita em artigo anterior ao interesse pela história da cidade de São Paulo, que tem levado inúmeras instituições e editoras a reeditarem obras há muito esgotadas. Ao elenco indicado, poderiam ser acrescentadas as obras dos já citados Ernani da Silva Bruno (“História e Tradições da cidade de São Paulo”) e Richard Morse (“De comunidade à metrópole”) e, ainda, as de Afonso de Freitas (“Tradições e reminiscências paulistanas”), Cícero Marques (“De pastora à rainha”), Otoniel Mota (“Do rancho ao palácio”), Maria Paes de Barros (“No tempo de dan-tes”), Paulo Cursino de Moura (“São Paulo de outrora”), Geraldo de Barros (“A Cidade e o Planalto”), a ainda os numerosos estudos publicados por ocasião do quarto centenário da cidade, em jornais e revistas culturais, bem como trabalhos avulsos como as reminiscências de Everardo Valim Pereira de Souza, o belo ensaio de Emília Viotti da Costa sobre a influência francesa na cidade de São Paulo, para citar apenas os que me vieram à mente enquanto rabiscava estas linhas.

Por outro lado, uma obra imensa como a de Afonso de Taunay, num total de quase vinte volumes só sobre a cidade de São Paulo, de extraordinário valor documental, embora nem sempre com o espírito crítico necessário em obra de tal natureza, torna-se cada vez de acesso mais difícil, encontrada provavelmente só nas boas bibliotecas especializadas. O grande historiador levou mais de trinta anos elaborando sua obra e não chegou a concluí-la, pois os dois últimos volumes, publicados mais de dez anos após o seu falecimento, abrangem apenas até o início do Segundo Reinado. E os viajantes estrangeiros que escreveram sobre São Paulo ? E as publicações circunstanciais (almanaques, anuários etc.) do século passado, hoje fontes preciosas para a reconstituição do passado paulistano ? E os estudos geográficos e econômicos, como o que foi realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, pelo Instituto Geográfico e Geológico e por outras entidades ? Destes ainda pretendo ocupar-me oportunamente. (9 - 12 - 1 979)

5. DOIS VICENTES NUM SÓ NOME

Em tempos que já vão bem longe, lá por maio ou junho de 1934, residindo no Rio de Janeiro, vim a São Paulo e tive oportunidade de comparecer ao Instituto Histórico e Geográfico para uma conferência sobre Álvares de Azevedo, que vira anunciada nos jornais. Achei curioso o conferencista chamar-se duas vezes Vicente: Vicente de Paulo Vicente de Azevedo. Dele, a única coisa que sabia é que havia, pouco antes, publicado um livro sobre o grande poeta romântico, livro esse que constituiu a base, como não poderia deixar de ser, para a conferência que proferira no Instituto da Rua Benjamin Constant. Intrigou-me o nome: Vicente de Paulo — deduzi logo —, homenagem ao grande taumaturgo, criador da benemérita obra vicentina; Vicente de Azevedo, seu nome de família. Vivendo na época fora de São Paulo, pouco sabia de sua história, embora paulista de velha cepa (não diria quatrocentão, mas pelo menos trezen-tão), e, assim, nada me diziam os apelidos honrosos que encontrava a denominarem o conferencista a quem ia ouvir.

Fixando-me, pouco depois, em São Paulo, onde vivi quase quarenta anos, ali realizando toda a minha formação cultural e profissional, dedicando-me à investigação do passado da terra paulista, foi-me possível aquilatar o que significou — e ainda significa — para São Paulo a família Vicente de Azevedo, que deu, inclusive, um presidente da antiga província. Conheci vários Vicentes de Azevedo, a começar por aquele, cujo nome tanto me intrigou, quando, pouco mais que um adolescente, acorri a ouvi-lo sobre o grande poeta de **Noite na Taberna**. Pois é este Vicente de Azevedo que vem de falecer há algumas semanas, abrindo, com sua morte, não apenas uma vaga na Academia Paulista de Letras, na qual sucedeu a Gama Cerqueira na cadeira patrocinada pelo Barão de Ramalho, mas um claro na cultura e na sociedade paulista.

O que mais admirei em Vicente de Paulo Vicente de Azevedo foi a sua fidelidade aos temas iniciais de sua carreira de escritor: a poesia romântica — e, conseqüentemente, os poetas românticos do Brasil. Tendo publicado seu livro sobre Álvares de Azevedo em 1931, mais de quarenta anos depois retomou o mesmo assunto, brindando-nos com **Álvares de Azevedo desvendado**. Entre um e outro, publicou **A vida amorosa dos poetas românticos** e estudos sobre Castro Alves e Fagundes Varela, além de ter cuidado da edição há pouco promovida pela Academia Paulista de Letras das cartas de Álvares de Azevedo, anotando-as e identificando os personagens nelas citados. Professor de Direito, deixou extensa e valiosa obra jurídica tendo, também, ocupado cargos públicos

de relevância no Tribunal de Justiça do Estado. Em que pese ao valor de seus estudos de Direito, creio que é mais como cultor da literatura romântica que ele será lembrado, pelos excelentes ensaios que publicou. Com sua morte, perde São Paulo uma de suas grandes figuras, que soube honrar e dignificar não apenas a sua linhagem, mas a própria terra paulista, berço e túmulo de seus antepassados há muitas gerações. (16 – 2 – 1 979)

*

6. COM “DE” E SEM “DE”...

Ocorre na bibliografia brasileira uma tremenda confusão a que não escapam os menos avisados e na qual, com frequência, incidem até os mais avisados: dois autores com nomes quase iguais, distinguindo-os apenas a partícula “de”, quais sejam **Alberto Faria** e **Alberto de Faria**. O primeiro é nome vinculado a Campinas, pois aqui viveu nos fins do século passado e no início do atual, tendo sido jornalista, professor de nosso tradicional Ginásio do Estado e um dos fundadores do Centro de Ciências, Letras e Artes, em cuja revista colaborou nos seus primeiros números. Trabalhou ao lado de Carlos Ferreira na “Gazeta de Campinas”, dirigiu depois, o “Correio de Campinas”, e mais tarde, fundou seu próprio jornal, “Cidade de Campinas”, que dirigiu até 1 904. Foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras e pertenceu também à Academia Brasileira, para a qual foi eleito em 1 918, na vaga do Barão Homem de Melo. Retirando-se para o Rio de Janeiro, de onde, aliás, era natural, faleceu em 1 925 com menos de sessenta anos, pois nascera em 1 869. Dado a estudos lingüísticos, literários e folclóricos, deixou, entre outras obras, os livros **Acendalhas**, **Aérides**, **Cartas Chilenas** e **Páginas analíticas**. A evocá-lo, existe em Campinas, uma rua no Guanabara.

O outro, o Alberto de Faria, era fluminense de Campos, pertenceu também à Academia Brasileira, viveu quase na mesma época em que o nosso Alberto Faria, sobrevivendo-lhe seis anos, pois faleceu em 1 931. Tornou-se conhecido por um grande livro sobre Mauá, publicado em 1 926 e várias vezes reeditado. Quando moço e estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, revelou-se denodado defensor da causa abolicionista. Sua biografia de Mauá, que se tornou livro clássico de nossa bibliografia histórica, fê-lo mais conhecido que o nosso Alberto Faria, embora tenha produzido muito menos.

São frequentes, como assinaei, as confusões entre um e outro, simplesmente por causa do “de” que os diferencia. O Professor Hílton Federici,

em nota ao livro de Aristides Monteiro sobre a poesia em Campinas, já chamou a atenção para essa freqüente confusão, e dela não se livrou nem mesmo um crítico de renome, como o Sr. Brito Broca, um dos maiores conhecedores da bibliografia brasileira, mas que, em suas memórias, toma um pelo outro. E, pior ainda, fez a Prefeitura de Campinas: todas as placas da Rua Alberto Faria estão grafadas Alberto de Faria ! Mais um dos lamentáveis erros de placas de ruas que venho apontando, mas que a Prefeitura teima em ignorar e, pior ainda, em negar. A homenagem campineira refere-se ao “nosso” Alberto Faria, que vinculou seu nome a Campinas, da maneira indicada. Mas, tal como está nas placas da rua, a homenagem transfere-se ao outro, ao biógrafo de Mauá, que nada tem conosco, embora respeitável.

Vêem, pois, os leitores que, bibliograficamente, um simples de tem muita importância. (23 – 2 – 1 979)

*

7. A VIAGEM DO VELHO ROOSEVELT

O famoso livro **Through the Brazilian Wilderness**, de Theodore Roosevelt, que foi presidente dos Estados Unidos de 1 901 a 1 909, e que costuma ser chamado de “Velho Roosevelt” para distinguir de seu sobrinho Franklin Roosevelt, que também, e por muitos anos, presidiu à nação norte-americana, foi publicado em 1 914, como resultado de sua expedição aos sertões do Brasil no ano anterior, e mereceu duas traduções quase simultâneas. A primeira, a cargo de Luís Guimarães Júnior, editada oficialmente pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, e outra, pela Companhia Editora Nacional, na prestigiosa coleção “Brasiliana”, aos cuidados de Conrado Erichsen. Tanto uma como outra vêm ilustradas com fotografias tiradas por Kermit Roosevelt e por outros membros da expedição. Os títulos diferem ligeiramente. Enquanto a da “Brasiliana” adotou título mais fiel ao original (**Através dos sertões do Brasil**), a do Ministério da Agricultura simplificou-o para **Nas selvas do Brasil**. Esta, aliás, chegou a ser reeditada em 1 948, ao passo que a da “Brasiliana” ficou na primeira edição. Não tenho condições para saber quem teve a prioridade de trasladar para a nossa língua uma das mais importantes obras concernentes à exploração geográfica do Brasil. Não importa. O que vale é ressaltar a contribuição das duas entidades — o Ministério da Agricultura e a Companhia Editora Nacional — para colocar a valiosa obra ao nosso alcance.

A finalidade desta nota é tão-só registrar que o livro vem de ser reeditado pela Livraria Itatiaia Editora, de Belo Horizonte, num belo volume, integrando a preciosa "Reconquista do Brasil", dirigida pelo Professor Mário Guimarães Ferri, botânico eminente e antigo reitor da Universidade de São Paulo. Para esta reedição, preferiu a Itatiaia a tradução de Luís Guimarães Júnior, publicada originalmente pelo Ministério da Agricultura, e que, conforme se indicou, já havia merecido uma segunda edição em 1948. Esta terceira edição do livro do "Velho Roosevelt" aparece quase trinta anos depois, tempo mais que suficiente para que as edições anteriores se tornassem de extrema raridade.

A nova edição da Itatiaia, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, tem a mais apenas um prefácio do diretor da coleção, Professor Guimarães Ferri, mas infelizmente nela foram suprimidas todas as fotos que ilustravam as edições anteriores.

Nosso grande Rondon (na época Coronel) foi posto à disposição do antigo presidente norte-americano para acompanhá-lo "nas selvas do Brasil", e a ele, bem como a Lauro Müller, então Ministro das Relações Exteriores, foi o livro dedicado. Aliás, a própria expedição teve o nome oficial de "Expedição Científica Roosevelt-Rondon" e quem ler o livro de Roosevelt ou os escritos posteriores de Rondon e de outros participantes da expedição, poderá aquilatar seguramente dos méritos do grande empreendimento que vinculou o nome do "Velho Roosevelt" ao nosso país, inclusive com o seu nome dado a importante rio da bacia amazônica. (29 - 9 - 1978)

*

8. "ENTRE CACHORROS, ENCONTREI-ME, AMIGO !"

Cheguei a conhecer o "Príncipe", o belo cachorro que foi um dos encantos da vida de Belmiro Braga, o grande poeta de Juiz de Fora. Belmiro era o Inspetor Federal do famoso Colégio Granbery, em que eu estudava, e, como todo bom Inspetor, raramente aparecia no colégio para a sua função fiscal. Dava o ar de sua graça só quando havia papéis muito importantes a assinar e, assim mesmo, quando estes não eram levados à sua casa. Mas se o Inspetor era ausente, o Poeta era sempre presente, comparecendo a todas as reuniões literárias - e eram tantas naquela época tão já distante, em que nós, estudantes, encontrávamos nos grêmios literários nosso melhor entretenimento - participando das comissões julgadoras dos diversos concursos de poesia, declamação,

oratória, que, pelo menos meia dúzia de vezes por ano, marcavam o calendário de nosso querido colégio.

Um seu filho, na época capitão do Exército, era o Inspetor militar da região quando fui soldado, e isso fez com que meu certificado de reservista fosse assinado pelo filho, enquanto o certificado de conclusão do ensino secundário foi assinado pelo pai. Orgulho-me disto, pois os tive sempre em alta conta. Há alguns anos, precisamente no local onde ficava a casa de Belmiro Braga, encontrei um posto da gasolina e, com a maior surpresa, fui atendido por um neto do grande poeta e meu companheiro daqueles bons tempos. Tudo isso enriquece a vida...

Poucos anos depois do falecimento de Belmiro Braga seus amigos fizeram erigir no Parque Halfeld, o principal jardim da cidade, uma herma em sua memória, e num dos lados do pedestal foi gravado o perfil do “Príncipe”, e logo abaixo os versos que o poeta lhe dedicara:

“Pela estrada da vida, subi morros,
 Desci ladeiras, e afinal te digo:
 Se entre os amigos encontrei cachorros,
 Entre cachorros, encontrei-te, amigo !”

Os dois últimos versos têm sido freqüentemente transcritos, mas quase sempre deturpados, da seguinte maneira: “Se entre amigos encontrei cachorros / Entre cachorros encontrei amigos.” Não. É falso o caráter de plural que lhes costuma ser dado. Deve ser no singular. Não só para efeito de rima — “digo” com “amigo” — mas também, e principalmente, porque os versos têm destino certo: foram dedicados a um cachorro, ao seu querido “Príncipe”.

Belmiro Braga está atualmente meio esquecido. O busto em sua cidade, bem como uma rua, e ainda o seu nome dado ao antigo distrito (hoje município) onde nasceu, vizinho a Juiz de Fora, não bastam. Os quarenta anos que nos separam de seu falecimento não devem, de modo algum, representar a pá de cal sobre uma vida inteiramente dedicada às coisas do espírito e, especialmente, às belas-letas, como jornalistas, teatrólogo e poeta, dos maiores que Minas Gerais e o Brasil possuíram. (27 — 10 — 1 978)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS E SEUS DIRETORES

I – INSTITUTOS

1. **INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÕES**
Diretor: Prof. Dr. Rosalvo Madeira Cardoso
Vice-Diretora: Profa. Ilda Thereza Martini de Barros
2. **INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS**
Diretor: Prof. Ronaldo Passini
Vice-Diretor: Prof. Francisco Blasi
3. **INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**
Diretor: Prof. Dr. Waldyr Verinaud Mayer
Vice-Diretor: Prof. Dr. Odilon Nogueira de Matos
4. **INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA**
Diretor: Prof. Cônego Haroldo Niero
Vice-Diretor: Prof. Jamil Cury Sawaya
5. **INSTITUTO DE LETRAS**
Diretor: Prof. Francisco Ribeiro Sampaio
Vice-Diretor: Prof. Dr. Antonio Suarez Abreu
6. **INSTITUTO DE PSICOLOGIA**
Diretora: Profa. Diana Tosello Laloni
Vice-Diretora: Profa. Maria Angélica Bicudo Hossri

II – FACULDADES

1. **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**
Diretor: Prof. Dr. Antonio José de Pinho
Vice-Diretor: Prof. Dr. Ricardo de Souza Campos Badaró
2. **FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA**
Diretora: Profa. Ana Lúcia Maia Bonato
Vice-Diretora: Profa. Vânia Lando de Carvalho
3. **FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**
Diretor: Prof. Dr. Cândido Ferreira da Silva
Vice-Diretor: Prof. Fernão Pompêo de Camargo Neto
4. **FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS**
Diretor: Prof. Dr. Joaquim de Paula Barreto Fonseca
Vice-Diretor: Prof. Dr. Luiz Carlos Tocalino
5. **FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS**
Diretor: Prof. Dr. Rubens Carlos Tocalino
Vice-Diretor: Prof. Dr. Miguel Methado de Campos
6. **FACULDADE DE DIREITO**
Diretor: Prof. Dr. Álvaro Cury
Vice-Diretor: Prof. Dr. Álvaro César Iglésias
7. **FACULDADE DE EDUCAÇÃO**
Diretor: Prof. Antonio Raia
Vice-Diretor: Prof. Dr. Mário Scolari
8. **FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**
Diretor: Prof. Dr. Dorian Schultz Lacerda Guimarães
Vice-Diretor: Prof. Dr. José Agostinho Zugliani
9. **FACULDADE DE ENFERMAGEM**
Diretor: Prof. Dr. Joaquim de Paula Barreto Fonseca
Vice-Diretor: Prof. Dr. Sully Isaac Urbach
10. **FACULDADE DE ODONTOLOGIA**
Diretor: Prof. Dr. Paulo Bianchi
Vice-Diretor: Prof. Dr. Neuder Martins Pereira
11. **FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**
Diretora: Profa. Madre Maria de Mesquita Sampaio
Vice-Diretor: Prof. Enio Bruno Quicoli

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) **BIBLIOTECA CENTRAL**
Bibliotecária-Chefe: Profa. Dra. Yvone Borcato
- b) **CENTRO DE INFORMÁTICA**
CPD – Prof. José Antonio Lisoni
SIAA – Prof. Antonio Alves de Siqueira Fernandes
- c) **COLÉGIO COMERCIAL DA ACADEMIA “SÃO LUIZ”**
Diretor: Prof. Mons. José Machado Couto
- d) **COLÉGIO DE APLICAÇÃO “PIO XII”**
Diretor: Prof. Mons. José Machado Couto
- e) **CONSERVATÓRIO MUSICAL “CAMPINAS”**
Diretora: Profa. Olga Rizzardo Normanha
- f) **RÁDIO UNIVERSITÁRIA “ANDORINHAS DE CAMPINAS”**
Diretor: Prof. Dr. Fábio Vidal Ramos

